



# Anais da Assembléia

N.º 42

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 08 DE MAIO DE 1979.

ANO V

## 1.ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 9ª LEGISLATURA

### ATA DA 40ª SESSÃO ORDINÁRIA

REALIZADA EM 8 DE MAIO DE 1.979.

TERÇA-FEIRA.

Presidência do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, secretariada pelos Senhores Deputados Lázaro Dumont e Domício Scaramella.

À hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Fabiano Braga Côrtes, Tércio Albuquerque, Nelson Buffara, Basílio Zanusso, Domício Scaramella, Fuad Nacli, Tadeu Lúcio Machado, Adalberto Daros, Aguiinaldo Pereira Lima, Airtom Cordeiro, Antônio Facci, Augusto Carneiro, Carlos Zanlorenzi, Cyro Martins, Dácio Leonel, Darcy Deitos, David Cheriegate, David Federmann, Del Ciel, Deni Schwartz, Edilson Alencar, Egon Pudell, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Fidelcino Tolentino, Fiori Luiz, Francisco Escorsin, Gabriel Manoel, Gernote Kirinus, Gilberto Carvalho, Túlio Zanchet, João Elísio, João Mansur, José Domingos, José Domingos Scarpelini, José Tavares, Jurandir Messias, Lázaro Dumont, Leônidas Chaves, Lineu Turra, Luiz Alberto Oliveira, Rosário Pitelli, Mário Celso, Neltom Friedrich, Nestor Baptista, Nilso Sguarezi, Palácios, Paulo Camargo, Pinto Dias, Quielse Crisóstomo, Renato Bernardi, Romero Filho, Trajano Bastos, Renato Bueno, Valduga, Waldyr Pugliesi, Werner Wanderer e Wilson Fortes (58).

Verificada a existência de número legal, o Sr. Presidente declara aberta a

### SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Sob a proteção de Deus, iniciamos nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO — procede à leitura da ata da sessão anterior, que é aprovada sem observações.

O SR. 1.º SECRETÁRIO — procede à leitura do seguinte

### EXPEDIENTE:

#### OFÍCIOS:

OFÍCIO N.º 36/79/GL/MDB.

Curitiba, em 08 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência, comunico a Vossa Excelência, que é a seguinte a representação da Bancada do MDB, para compor a Comissão Especial para analisar a Lei de Greve e modificações a serem introduzidas na Consolidação das Leis do Trabalho:

#### Titulares

Gernote Kirinus

Renato Bernardi

#### Suplente:

Tadeu Lúcio Machado.

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI.

OFÍCIO N.º 37/79/GL/MDB

Curitiba, em 08 de maio de 1979.

Senhor Presidente.

Cumprindo solicitação regimental desta Presidência,

comunico a Vossa Excelência, que é a seguinte a representação da Bancada do MDB, para compor a Comissão Especial de Estudos para alteração do Regimento Interno:

#### Titulares

Nilso Sguarezi

Mário Celso

#### Suplente

Nelton Friedrich

Na oportunidade, renovo a Vossa Excelência, os meus protestos de estima e apreço.

(a) NILSO SGUAREZI.

### PROJETOS DE LEI:

PROJETO DE LEI N.º 52/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarada de utilidade pública a “ASSOCIAÇÃO DE PAIS E PROFESSORES DO GRUPO ESCOLAR DONA LEOPOLDINA — A.P.P., com sede na Vila de Quatro Pontes, Município de Marechal Cândido Rondon.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1979.

(a) LINEU TURRA

#### JUSTIFICATIVA:

A Associação de Pais e Professores do Grupo Escolar Dona Leopoldina — A.P.P., foi fundada para promover a mais ampla aproximação por todos os meios entre pais ou responsáveis e mestres, cooperando assim na integração social dos educandos e na vinculação entre a escola, família e comunidade, visando o bem estar integral do aluno e a formação do educando a fim de ele ser um ajustado útil, e produtivo na sociedade humana.

Neste objetivo a entidade em foco vem funcionando há mais de um ano, podendo ser comprovado pela documentação oferecida, os requisitos exigidos pela Lei n.º 6994, de 10 de janeiro de 1978, para ser declarada de utilidade pública.

Submeto, por isso, à consideração da Casa o presente projeto de lei.

PROJETO DE LEI N.º 53/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

#### DECRETA:

Art. 1.º — Fica declarado de utilidade pública o “ORFANATO EVANGÉLICO LUZ DE VERDADE”, com sede e foro na cidade de Palmeira.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1979.

(a) WERNER WANDERER.

#### JUSTIFICATIVA:

O Orfanato Evangélico Luz de Verdade, que ora se pretende declarar de utilidade pública, preenche todas as normas e requisitos exigidos pela Lei n.º 6.994, de 10 de janeiro de 1.978.

É uma entidade filantrópica, tendo como finalidade o amparo a menores órfãos e abandonados, de ambos os sexos,

regularmente internados na entidade, que tenham no mínimo dois e no máximo oito anos de idade, não se fazendo qualquer distinção de classe, raça, credo religioso ou político, dando-se educação, vestuário, alimentação e profissionalização, bem como assistência médica e dentária a seus internos.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está finda a leitura do expediente.

Concedo a palavra ao primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, Sr. Deputado Tadeu Lúcio Machado.

O SR. TADEU LÚCIO MACHADO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Assumo a tribuna, no dia de hoje, para ler um requerimento nos seguintes termos (Lê):

“Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER após ouvido o Plenário, o envio de expediente à direção do INAMPS no Paraná, solicitando destinação de sala especial do edifício do órgão - agência de Jacarezinho — para abrigar seus contribuintes.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1979.

(a) TADEU LÚCIO MACHADO

JUSTIFICATIVA:

Enquanto o Governo Federal anuncia a implantação de regime de austeridade em seus próprios gastos como meio também de minimizar os índices inflacionários que assolam a economia nacional, organismos de sua própria esfera fazem “ouvidos de mercador” e alheios à miséria que grassa em derredor, ocupam caras áreas em localizações privilegiadas de nossas cidades nas quais erguem suntuosos edifícios que fariam inveja a qualquer faraó.

São os casos do edifício do BNH e da EMATER — antiga ACARPA —, aqui em Curitiba, dentre outros.

Em Jacarezinho, a afronta à pobreza fica por conta do majestoso prédio do INAMPS.

Um arrojado e caríssimo projeto arquitetônico abriga em suas centenas de metros de área construída, requintados mobiliários. O prédio é, ainda, servido por algumas dezenas de aparelhos de ar condicionado.

Já se disse que o Brasil é um país de absurdos. É absurdo é que, os contribuintes do INAMPS, que tem em seus já poucos salários descontada a taxa que dá direito aos “serviços” por ele prestados no campo da assistência médica e previdenciária, amanhecem ao relento, sujeito às intempéries climáticas, em extensas filas aguardando a hora do expediente e vez para conseguir a requisição ou guia para atendimento médico, muitas vezes obrigando-se a retornar em dias seguintes.

O motivo deste requerimento prende-se à imediata necessidade da destinação de pavimento apropriado para abrigar os contribuintes que acorrem ao Posto do INAMPS da cidade de Jacarezinho, polo de vasta e populosa região, no que se observará o respeito à dignidade do HOMEM.”

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

A Sede Regional do INAMPS, no norte Pioneiro, está localizada em Jacarezinho.

E é comum vermos todos os dias, extensas filas de pessoas, que se abrigam nas marquises daquele suntuoso edifício.

E preocupado com os contribuintes, com o trabalhador brasileiro, o homem que vê descontado de seu mínimo e mísero salário, os 8% para o INPS — é que viemos à tribuna para solicitar ao INAMPS do Estado do Paraná, uma sala especial para abrigar os contribuintes. Os verdadeiros proprietários daqueles órgãos, os homens que fazem daquele órgão, um órgão com um patrimônio respeitável, um patrimônio que se dá ao luxo de construir um edifício para o alto, e que vivem de fazer empréstimos a outros organismos. E é por isso, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que chegamos a esta tribuna no dia de hoje, para solicitar que este órgão tenha um pouquinho mais de condes-

cendência para com os seus filiados.

E dê a eles condições de esperar com dignidade, a hora de marcar a sua consulta.

E acredito que contarei com o apoio de todos os Srs. Deputados para conseguir isso para o povo do Norte Pioneiro. Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Concedo a palavra ao segundo orador inscrito, Sr. Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ocupo a tribuna, nesta tarde, para abordar um assunto que a imprensa nacional tem debatido ultimamente. É um assunto dos mais sérios e que diz respeito à alteração do Artigo 33, do Código Penal Brasileiro, que trata da responsabilidade penal dos maiores de 18 anos.

Juristas, penalistas, professores, de todo o Brasil, desde outubro de 1969, têm-se preocupado com este assunto.

Recordo-me, ainda, da época em que cursava a Faculdade de Direito, aqui em Curitiba.

É um assunto muito sério, porque se pretende alterar o Artigo 33, naquilo que de mais substancial tem, ou seja, a idade limite da responsabilidade penal, artigo do Código Penal vigente. Esse artigo afirma que, ao menor de 18 anos, é inimputável, salvo se já tendo completado 16 anos, revela suficiente desenvolvimento psíquico para entender o caráter delituoso do fato, ou de determinar-se de acordo com esse entendimento.

Peço permissão, Srs. Deputados, e a V. Ex.<sup>a</sup>, Sr. Presidente, para ler, desta tribuna, o editorial da “Folha de Londrina”, de hoje, sob o título: “A deformação moral e o crime”.

(Lendo): “O crime ocorrido no Sudoeste do Paraná, os dois irmãos que mataram dois motoristas para roubar, ilustra bem a questão da violência dos nossos tempos. Os responsáveis pelo duplo latrocínio têm 18 e 22 anos e mataram visando roubar dinheiro para ir a um baile.

Presos deixaram evidente em seus depoimentos, a total falta de sentimento para aquilatar a perversidade do crime que cometeram. Um deles, aliás, é considerado bom trabalhador rural pelos que já o empregaram. Esta questão é levantada a propósito do debate que se faz sobre a redução da idade para considerar a impunibilidade dos criminosos.

Como se sabe, tal tese foi apresentada numa discussão, em São Paulo, sobre a violência e o crime praticado por menores, dando-se a entender que a certeza da impunidade é que, muitas vezes, move o braço criminoso do menor que sabendo que não será atingido pela lei, não tendo freios na prática de seus atos.

Trata-se de posicionamento discutível.

Efetivamente muitos menores que cometem crimes não têm controle sobre suas ações, mas não é pela certeza da impunidade que eles nem chegam a entender, mas por deformação na própria personalidade, que eles cometem os crimes e atos anti-sociais.

O caso do Sudoeste do Paraná é apenas um dentre muitos que podem ser citados para evidenciar que o problema do criminoso e menor, não é o da impunidade, mas o de deformações oriundas de sua própria origem.

Outro caso que provocou revolta entre a opinião pública é o que ocorreu em São Paulo, há alguns anos, a famosa “Chacina do Morumbi”, quando um menor de 17 anos, menor de 18, portanto, forçou o motorista de um ônibus a desviar o curso, agrediu passageiros, matou, roubou e estuprou. Preso, deixou evidenciado também, os traços da total incapacidade para aquilatar a gravidade de seu crime. Ele era um fruto do abandono da criação nas ruas, da lei da sela que vive no submundo urbano, do desespero pela falta de emprego, como o baixo nível cultural que se verifica no meio mais pobre. A Justiça vai poder punir os irmãos criminosos do Sudoeste do Paraná. Eles são, perante a

lei, maiores e capazes, e portanto, passíveis das penas previstas na nossa legislação penal. Na realidade, porém, apesar de já terem idade para punição, não têm a mínima condição de entenderem o caráter criminoso que praticaram, do fato que praticaram.

Não se trata de defender o crime, mas de fazer ver que, com relação aos menores, a analogia é válida. Não é uma punição maior, ou a possibilidade de enviá-los para uma penitenciária, que diminuirá a incidência do crime ou da violência entre eles. O problema é o da deformação social, da fome, da miséria que tudo corrompe. O problema não está em punir, mas em trabalhar nas bases para evitar que menores, cometam crimes que, para eles não são tão aptos e legais, mas apenas formas de sobrevivência, neste mundo em que todos somos responsáveis pelos delitos que ocorrem.

Como vemos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, este problema é um problema dos mais sérios; de um lado, professores, penalistas, juristas do mais alto conceito profissional, querendo a diminuição da responsabilidade penal, de 18 para 16; de outro lado, também juristas, professores, penalistas, sociólogos, entendendo que não se deva diminuir a idade da responsabilidade criminal. Mas, a grande verdade é que, um jovem, com 17 anos e 10 meses, como é o caso de um fato ocorrido no Paraná, em Londrina, em 1970, e que nesta Casa eu tive a oportunidade de trazer ao conhecimento de V. Ex.<sup>as</sup>: um menor, de 18 anos, portanto, com 17 anos e 10 meses, foi excluído de um processo em que vitimou uma menina de 10 anos; e deste crime, 4 elementos participaram, e, apenas 3, porque já tinham à época do crime, mais de 18 anos, foram condenados. E este jovem, com 17 anos e 10 meses, portanto 2 meses antes de completar a maioridade penal que é de 18 anos, foi excluído e está sem nenhuma punição.

Fica aqui a indagação, face este editorial de "A FOLHA DE LONDRINA". O apelo às autoridades encarregadas, no Paraná, de fornecer elementos e subsídios para este problema que eu reputo de um problema muito sério.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao terceiro orador inscrito, Sr. Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Avolumam-se no País inteiro, o pasmo, a consternação e a incredibilidade nos preceitos que pretendem vigir através da Lei Orgânica da Magistratura, a entrar em vigor, possivelmente, no próximo dia 13, Dia da Libertação dos Escravos. E alastra-se de modo geral, Sr. Presidente, esta queixa popular quanto à morosidade da Justiça. E ninguém desconhece que os Tribunais de Segunda Instância, os Tribunais de Justiça Estaduais e os preservados Tribunais de Alçada encontram-se abarrotados de processos, empoeirados e até mofados, porque, a morosidade da Justiça tem sido um flagelo para a própria distribuição da Justiça. E este caráter impositivo centralizador adotado e que inclusive afugenta mais uma vez o sistema federativo brasileiro, vem, agora, criar um caos maior: o desespero que existe na família forense, hoje, Sr. Presidente, seja da parte dos magistrados, seja da parte dos advogados e, sobretudo, nas Capitais, onde volumes de processos se acumulam cada dia mais, traz uma preocupação profunda, sobretudo, no chamado prestigamento desse poder claudicante, que é o Poder Judiciário. E vejo que os jornais publicam, a televisão enfoca e os pronunciamentos se avolumam à cerca do descontentamento generalizado que se instalou hoje na família forense. Seja advogado, seja de associações de advogados, das Ordens dos Advogados dos Estados, do Instituto dos Advogados do Brasil, dos tribunais, dos juizes, dos juriconsultos, dos doutrinadores do direito, todos são unânimes em declarar a incompatibilidade da Lei Orgânica da Magistratura, com a realidade nacional. Um país

com proporções continentais, um país onde divergência de ordem econômica, de ordem social e de ordem política vem sofrendo desde o seu descobrimento as mais diversas nuances sociais. Agora, recebe mais uma imposição do Governo Brasileiro, do Governo Ernesto Geisel e certificado, agora, pelo Governador João Baptista Figueiredo, de que esta lei entraria, ou entrará em vigor apesar dos clamores nacionais, apesar de todos os Legislativos quase unânimes do País, reclamarem, pedirem, instarem, solicitarem, invocarem os princípios de justiça, para que o Governo dilate o prazo para que essa Lei seja ajustada à realidade nacional.

E o que vemos, Sr. Presidente?

É a iminência dessa lei entrar em vigor, para criar um caos maior na distribuição da Justiça.

E venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para pedir mais uma vez, em nome dos advogados, em nome da magistratura, em nome do organismo da Justiça de todo Brasil, para que o Governo se sensibilize e dilate esse tempo, essa data e reformule a lei em princípios democráticos onde todos possam discutí-la, onde reajustem os parâmetros legais à realidade brasileira.

Está é a posição, Sr. Presidente, que venho assumir nesta tribuna, mais uma vez enfatizando como fizemos há poucos dias, que o Governo tenha a sensibilidade e resolva, de uma vez por todas, pelo princípio democrático, a legislação onde alcança principalmente, a todos os membros da sociedade brasileira — brasileiros e estrangeiros, clamando por Justiça e dela espera que o Governo se sensibilize para implantar, no País, uma legislação que seja compatível com os desníveis sociais, políticos e econômicos nacionais.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — No Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quarto orador inscrito, Sr. Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Nós queremos, apenas, registrar, desta tribuna, a saída de alguns homens que se diziam democratas, que se diziam fiéis à tradição do seu Partido e que vem de atraí-lo o Movimento Democrático Brasileiro e mais — o povo que os elegeu e se bandeiam, hoje, às 17 horas, para o Partido da Situação, talvez, pelo comodismo de pertencer ao Governo e de entender que, assim, eles receberão mais benefícios que provavelmente veio a interferir em suas atuações pessoais — Sebastião Manoel dos Santos, Prefeito de Jacarezinho; Antônio da Silva Machado, Prefeito de Santa Mariana; Mário Santos, Prefeito de Nova Fátima; Djalma Jonson, Prefeito de Colombo, este, há alguns dias atrás, inclusive dizia que estava sendo vítima de pressão do Governo; dizia que o seu Município estava à beira do caos, sem condições algumas de conseguir manter a administração, porque sofria boicotes do Governo Jayme Canet Júnior.

E agora, tão logo se instalou o Governo Ney Braga, este cidadão passa para a Aliança Renovadora Nacional.

O Sr. Gabriel Manoel — Pela ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Pela ordem, concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. GABRIEL MANOEL — Eu queria dizer a V. Ex.<sup>a</sup> e ao orador que está falando com discernimento, mas sem conhecimento de causa. Os Prefeitos da nossa região, do M.D.B., Mário Santos, Prefeito de Santa Mariana, Toninho Machado...

O SR. MÁRIO CELSO — Não é questão de ordem, Sr. Presidente.

(Tímpanos).

O SR. MÁRIO CELSO — Solicito que me seja assegurada a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Está assegurada a palavra ao Deputado Mário Celso.

O SR. MÁRIO CELSO — Sr. Presidente, muito obrigado pela

maneira de conduzir os trabalhos do dia de hoje e solicito que neste Plenário não sejam feitas interferências que venham a ferir o Regimento Interno desta Casa. Nós não viemos aqui para brincar. Estou trazendo um pronunciamento sério e não vim fazer brincadeiras aqui.

Porisso, solicito então, aos demais companheiros, que por uma questão de ética parlamentar, se posicionem devida e corretamente.

Não vim a esta Casa para ditar normas de conduta, mas assim farei desde que seja contestado indevidamente.

(TÍMPANOS)

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Presidência lamenta mas o Sr. orador tem apenas um minuto para concluir a sua oração.

O SR. MÁRIO CELSO — Muita coisa tinha a falar, mas confesso, Sr. Presidente, que as condições psicológicas ficam abaladas neste momento, porque estamos falando verdades, hoje, esses quatro cidadãos às cinco horas da tarde estarão assinando a ficha de filiação partidária junto à ARENA.

E na verdade é muito mais cômodo para eles passar para a ARENA. Nós só queremos aqui, reproduzir um pensamento do ex-Deputado Enéas Faria, quando ele falou desta tribuna mesmo: Em verdade toda a perda é lamentável; aqui no caso não há o que lamentar. Nada se perdeu.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Ainda no Pequeno Expediente, concedo a palavra ao quinto orador inscrito, Sr. Deputado Darcy Deitos.

O SR. DARCY DEITOS — Sr. Presidente, Srs. Deputados. (Lê). “Senhor Presidente.

O Deputado que este subscreve, no uso de suas prerogativas regimentais, REQUER a Vossa Excelência, após ouvido o Plenário desta Casa, que se oficie ao Excelentíssimo Senhor Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, solicitando sindicância no 13.º Distrito Rodoviário com sede em Campo Mourão, dada a inúmeras irregularidades praticadas pelo Sr. JOSÉ FERNANDO ANDRADE MATTIELLO, Chefe do referido Distrito Rodoviário.

Sala das Sessões, em 8 de maio de 1979.”

A prepotência e o arbítrio neste País se repete todos os dias, em todos os escalões, nasceram no Planalto e se estenderam por todas as esferas administrativas imagináveis, e se instalaram pelos mais longínquos recantos desta terra, que sente falta de Democracia e de Liberdade.

A confiança dos ineptos num sistema inadequado com os princípios do povo brasileiro, e que deve urgentemente ser extirpado de nosso meio, fez com que fatos lamentáveis ocorressem e ocorram em nosso País; fatos esses que ferem a dignidade humana, que ferem os princípios dos “Direitos Humanos”, os quais mais uma vez temos que denunciar desta tribuna.

Não denunciaremos aqui, simplesmente os agentes de um “sistema”, há muito por nós desprezível e condenável, pois eles são os frutos de quinze anos de prepotência e arbítrio, mas eles existem e sendo assim, temos que relatar com tristeza o seguinte fato:

Campo Mourão é sede do 13.º Distrito Rodoviário, o qual tem à sua frente o Sr. JOSÉ FERNANDO ANDRADE MATTIELLO, que pelas informações que temos, não é Engenheiro Civil, mas sim Analista nível 13, e que vem cometendo uma série de atos, os quais estão prejudicando os laboriosos trabalhadores daquele Distrito.

E, para provar o que estamos afirmando vamos enumerar certos fatos para conhecimento desta Casa:

a) mandou o referido cidadão demolir trinta e seis casas, pertencentes ao D.E.R. e que eram colocadas à disposição de funcionários do mesmo, sendo quatro na sede do distrito, em Campo Mourão, cinco na Vila Cândida, quatro em Nova Brasília, dez no Distrito de Farol, sete em Goioerê e seis em

Cruzeiro do Oeste, e o que é mais grave, doou o material apurado com as demolições, a entidades particulares, delapidando ao nosso ver o Patrimônio do Estado.

b) Não permite que os usuários das casas a eles destinadas, promovam quaisquer reformas, pois as mesmas se encontram em péssimo estado, com algumas até caindo, talvez por que assim será mais fácil demolí-las e doar a quem o mesmo quizer.

c) Não deixa que os funcionários se utilizem de água na colônia, a não ser a fornecida pelo D.E.R., no entanto fecha a mesma das 9,00 horas do sábado até às 8,00 horas de domingo, ficando aberta até ao meio dia do mesmo, confundindo talvez, água com gasolina, que por lei não é vendida nesse período.

d) Não leva o pagamento dos funcionários que trabalham nas estradas e lá residem, e, não permite, que os mesmos venham com seus feitores, receberem na sede do distrito.

e) Quando por desventura filhos de trabalhadores adoecem e os mesmos necessitam de cuidados médicos ele não permite que o funcionário se dirija a ele com o problema, não permitindo nem mesmo o transporte em veículos do D.E.R., mesmo que os veículos venham para a cidade, se o funcionário residir fora da sede do distrito.

E se algum funcionário tem uma doença que precisa se deslocar a Curitiba, só terá permissão depois de três dias da constatação da doença.

f) Constroi ponte sem o necessário suporte técnico, como foi a ponte sobre o Rio Nova Brasília na Estrada Campo Mourão-Cruzeiro do Oeste, que caiu tão logo foi concluída, o que demonstra a sua incapacidade.

Além do que dissemos e se já não bastasse o “ditador” do D.E.R. em Campo Mourão, é pessoa agressiva e de maus tratos, e aqui trazemos para conhecimento desta Casa, relatório de um juiz de futebol da Liga Paranaense de Futebol que em 12.12.78, fazia para a Federação o seguinte relatório:

“A dez minutos do segundo tempo da partida entre Eletrônica Tupy e Country Club “B”, o árbitro se dirigiu à linha de fundo onde se encontrava José Fernando Andrade Mattiello, solicitando que o mesmo se afastasse da mesma, também o jogador Gerson Rodrigues da Silva, fez a mesma solicitação; dirigindo-se ao jogador, o Sr. JOSÉ FERNANDO ANDRADE MATTIELLO o fez, com palavras de baixo calão e o agrediu fisicamente, sendo que o mesmo foi retirado por policiais e pelo Promotor Público que se encontrava no local.

Mas, Srs. Deputados, o que é mais importante é o fato de Gerson Rodrigues da Silva ser funcionário do D.E.R. e que o mesmo se encontrava em férias, como consta da carta aviso datada de 04 de dezembro de 1978, mas apesar disso o arbitrário Chefe do 13.º Distrito Rodoviário de Campo Mourão, quando o mesmo regressara ao trabalho no dia 5 de janeiro de 1979, conforme declaração anexa, o despediu sem justa causa.

Escalrecemos, ainda, que o ditador, tem sobre si o seguinte quadro estatístico de funcionários que vivem num clima de intranquilidade absoluta.

Sessenta e seis funcionários efetivos;

duzentos e um funcionários regidos pela CLT.”

Aí está, Sr. Presidente e Srs. Deputados, as provas inconteste das irregularidades que vem sendo perpetuadas pelo Sr. JOSÉ FERNANDO ANDRADE MATTIELLO, Chefe do 13.º Distrito Rodoviário de Campo Mourão.

Aí estão os motivos de inúmeras famílias se sentirem na insegurança e nos procurarem para que desta tribuna, fizéssemos mais esta denúncia, contra os arbitrários e ineptos que ferem os direitos dos cidadãos, que trazem a intranquilidade aos valorosos trabalhadores que prestam serviços ao D.E.R. de minha região.

E, para finalizar, REQUEIRO ao Excelentíssimo Senhor

Diretor do D.E.R. para que tome providências urgentes no sentido de coibir abusos praticados pelo Sr. JOSÉ FERNANDO ANDRADE MATTIELLO e que o mesmo venha a responder pelos atos praticados, esperando que a Diretoria do Departamento de Estradas de Rodagem, após sindicância, o SUBSTITUA, para a tranquilidade da família do D.E.R. em Campo Mourão.

Era só, Senhor Presidente.— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Concedo a palavra, ao Sr. Deputado Airton Cordeiro, inscrito.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

“Apelar à Comissão Relatora constituída pelo Conselho Universitário para que proponha imediatamente àquele colegiado, seja concedido efetivo suspensivo das punições aos docentes recorrentes, mantendo-os afastados de suas funções até a apreciação do relatório a ser elaborado pela Comissão designada especificamente para este fim;

2.<sup>o</sup> - Apelar ao Conselho Universitário para apreciar com a maior brevidade possível, os recursos interpostos pelos docentes demitidos;

3.<sup>o</sup> - Apelar aos docentes residentes e estudantes para que, atendido o item 1.<sup>o</sup> da presente manifestação da Comissão de Instrução Pública desta Assembléia Legislativa, retornem imediatamente às atividades dentro da Universidade;

4.<sup>o</sup> - Apelar ao Conselho Universitário para que, levantados todos os aspectos do assunto objeto desta manifestação, delibere sobre os recursos interpostos, atendendo as necessidades sócio-educacionais do momento atual.”

Este, o texto elaborado pela Comissão de Instrução Pública, e encaminhado à Reitoria da Universidade Estadual de Londrina, ao seu Conselho Universitário, à Comissão Relatora e aos grevistas do setor de saúde, texto aprovado em reunião da Comissão Técnica de Instrução Pública, pela unanimidade dos seus membros, com a assinatura do Presidente, Deputado José Antônio Del Ciel, e deste Parlamentar.

Resposta que recebemos hoje, na qualidade de Relator, do Professor José Carlos Pinotti, Reitor da Universidade Estadual de Londrina:

“A Universidade Estadual de Londrina cumpre dever de informar-lhe que o seu Conselho Universitário, em reunião hoje realizada visando solucionar o movimento grevista dos docentes do Hospital Universitário, aprovou na íntegra a proposição emanada da Comissão da qual Vossa Excelência é Relator”.

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ao trazer esta informação a este Plenário e a esta Casa, devo aqui renovar a minha convicção absoluta de que não existe caminho melhor para qualquer tipo de entendimento e de negociação, do que o diálogo, do que o debate franco, aberto, honesto e liberal.

Sinto-me, nesta tribuna, com a grave responsabilidade de dizer a todos os membros desta Casa, de que, é este realmente o grande papel que está reservado àqueles que detêm o mandato popular, como todos nós. Quando vim a esta tribuna para levantar o assunto, para trazer questão a debate em Plenário, propondo uma reunião da Comissão de Instrução Pública com a presença do Sr. Secretário da Educação e Cultura, antes de qualquer manifestação político-partidária, tinha a certeza absoluta e a crença na fé maior de que, com o nosso empenho conseguiríamos chegar ao ponto de equilíbrio desejado. E hoje venho a esta tribuna, Sr. Presidente, Srs. Deputados, para dizer à Casa do perfeito entendimento que teve o Conselho Universitário do apelo formulado por esta Assembléia Legislativa; venho, para dizer que o Conselho Universitário saiu engrandecido mais uma vez, e, se louvo, se exalto o engrandecimento que localizo no Conselho Universitário de Londrina, quero apelar aos Srs. Docentes, residentes e estudantes do Hospital

Estadual de Londrina, para que sigam o mesmo exemplo. E devo também informar à Casa, está sendo marcada reunião da Comissão de Instrução Pública, para amanhã à tarde em Londrina, a fim de intermediarmos e a fim de podermos definir a negociação, a solução política para este impasse, motivo pelo qual já me permito, em nome do Sr. Presidente da Comissão de Instrução Pública a convidar os membros efetivos desta Comissão para que mantenham entendimentos com a Presidência da Casa, a fim de que definamos os detalhes para esta reunião de amanhã,

Sinto-me gratificado, Sr. Presidente, pelo trabalho feito pelos Parlamentares desta Casa, que demonstraram realmente boas intenções e que estão imbuídos dos melhores princípios para ajudar na solução dos problemas que afetam a nossa população.

Muito obrigado, Sr. Presidente. (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No Grande Expediente, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz, inscrito.

O SR. FIORI LUIZ —

“Um político não arriscar-se a perder a confiança dos seus eleitores, para não enganá-los”.  
Bernanos.

Neste pronunciamento, procuraremos identificar a nossa linha de atuação nesta Casa.

No enfoque inicial, um quadro do Paraná, um Estado que está a clamar, a exigir um tratamento social mais humano, mais profundo, mais realista. É preciso sair da irre realidade e cair na violência da verdade: o Paraná não é um estado rico.

A ocupação plena do Paraná, com o alargamento da fronteira agrícola nos últimos quarenta anos, foi um momento histórico importante para o País. E o nosso governo não pode ignorar o valor do atual momento histórico, que é o da consolidação destas conquistas que os pioneiros nos legaram.

Aqui no Paraná, vivemos o mesmo erro de governos que só se preocupam com o lado material do crescimento econômico da sociedade, marginalizando o lado humano. Ora, o homem é a síntese maior de todo progresso duradouro. Não se pode construir um estado sólido sem que se dê prioridade de tratamento verdadeiro ao homem, dentro desse processo de desenvolvimento. No Paraná vem ocorrendo exatamente o contrário: aí estão as vexatórias situações em que vivem os professores, os trabalhadores rurais, os funcionários públicos estaduais de uma maneira geral.

O atual Governador do Paraná deve ter como consciência maior esse fato. O estado já tem hoje quase dez milhões de habitantes e gera dezesseis por cento das divisas obtidas pelo Brasil nas suas exportações sendo responsável, ainda, por trinta por cento da produção agrícola nacional.

É preciso que um pouco dessa riqueza imensa que aqui se produz, fique aqui para favorecer o nosso povo. A liquidação da economia cafeeira a partir da presença de Leonidas Bório, de Camilo Calazans, trouxe reflexos altamente negativos para todo o Estado do Paraná, especialmente em sua região norte, e ao lado social todos sabem: mais de um milhão de “bóias-frias” a carregarem o desespero e a desesperança fatalista.

A situação é alarmante e exige providências práticas, eficazes e imediatas. O trabalhador rural está deixando o Paraná, amontoados em cima de caminhões, ou formando blocos cinzentos pelas estradas construídas no último governo.

A “Folha Rural”, suplemento da “Folha de Londrina”, trouxe, no último dia 5, matéria sobre o êxodo rural, sob o título “SITUAÇÃO INSUSTENTÁVEL”. Falta trabalho e a miséria está tomando conta do Paraná. No editorial, o reflexo: “Pedintes, prostitutas, favelas, são resultados de um processo até certo ponto lento que poderia ser contido. Agora a situação

está bem mais difícil e exige medidas mais radicais do Governo". Guaraci, Lobato, Bentópolis, Nossa Senhora das Graças, Miraselva, Lupionópolis, Sata Fé, Itaguapé, Santa Inês, Astorga, Santo Inácio, Flórida, Munhoz de Melo, Sertaneja, são focos de desemprego. A pecuária tomou conta do café e os proprietários proibem que os trabalhadores que ganham Cr\$ 50,00 e no máximo Cr\$ 70,00 por dia, plantem alimentos básicos. Os bóias-frias têm Deus como patrão. Na região Norte não existe trabalho, nem em troca de comida. As estatísticas da FETAEP são estonteantes e o nobre Deputado José Lázaro Dumont já demonstrou por várias vezes nesta casa a sua preocupação.

É preciso acionar recursos, idéias e acima de tudo, boa vontade. O problema social no Paraná é dramático e deve ser atacado sem medo por aqueles que têm a responsabilidade de conduzir os destinos deste Estado. As terras estão aí, mas a barriga do trabalhador está cheia... de vento. É hora de produzir. Produzir alimentos. É hora de acionar esquemas para evitar o êxodo rural. É hora de fixar o trabalhador na sua terra, na nossa terra. O Paraná, cuja economia básica é a agricultura, deve iniciar a revolução. Revolução para maior produção de alimentos. Se o Governo Central vira as costas para o problema, o Paraná deve aceitar o desafio.

O Governador disse que, "nos campos é que se inicia o combate à fome e a miséria. Está na agricultura o rico manancial de um povo forte".

É preciso passar da palavra à ação!

Fábio Campana, jornalista, faz esta colocação: "O Paraná poderia super-alimentar todos os seus habitantes. Mas a miséria e a desnutrição continuam sendo as causas principais da mortalidade no Paraná. A renda média do paranaense situa-se abaixo da renda-média do brasileiro. Cerca de setenta e cinco por cento dos que trabalham, recebem menos de dois salários-mínimos. Somos mais de um milhão de deserdados no campo".

E nós concluímos: amanhã serão dois, três milhões, se o Governo não adotar uma política agressiva no campo social.

Porém, pelas mensagens recebidas por esta Casa, do Sr. Governador, somos forçados a deduzir que o lado humano mais uma vez será item desprezível, já que o Governo pede autorização a este Legislativo, para contrair empréstimos no exterior, um deles, justamente para obras rodoviárias.

Estaria o atual Governador mudando a tática para ofuscar o ex-Governador?

Será que teremos mais quatro anos de projetos de asfalto, máquinas e pedras?

Será que serão mais quatro anos sem perspectivas para o homem?

Será que viveremos um período onde as lideranças se degladiarão, com o único propósito de auto-afirmação política?

Será que o povo ficará novamente à margem do processo, do outro lado da rua?

Tudo indica que sim, pois já há conflitos entre os Governadores biônicos: no Pará, Alacio Nunes e Jarbas Passarinho vivem aos tapas; na Bahia, Antônio Carlos Magalhães e Roberto Santos fazem "strip-tease" público, e aqui no Paraná, Ney e Canet já andam se arranhando.

Teremos mais estradas sim, mas e as "cascas de ovo" quando começarem a se deteriorar? Serão consertadas?

É bom esclarecer que ninguém é contra a construção de estradas. Mas aqui no Paraná, paradoxalmente, o progresso proporcionado por essas obras, tem criado problemas que devem merecer a atenção dos homens do poder. Com as estradas, vieram a cobiça e a ganância dos nossos empresários que estão devastando florestas virgens. Quem viaja por este Estado pode comprovar. Na região do Rio Ivaí, o verde de anos atrás trans-

formou-se num cinza dolorido, restando troncos secos, os sobreviventes das queimadas. Quem passa pela estrada Mauá-Guarapuava, vê, hoje, quilômetros e quilômetros de pinheirais, principalmente na região de Pitanga. E duvidamos que essa floresta de Pinheiros tenha muito tempo de vida. Queremos o progresso sim, mas não podemos aceitar - em nome do futuro, os seus reflexos negativos, e muito menos o comportamento passivo e indiferente daqueles que têm a lei nas mãos mas estão conluídos.

E dentro da mesma linha de raciocínio, Sr. Presidente, Srs. Deputados, estamos cobrando do Sr. Secretário da Agricultura, cuja indicação até hoje é alvo de indignação por parte dos agricultores paranaenses, as linhas de ação preconizadas por ocasião da posse: combate ao êxodo rural, assistência ao pequeno agricultor, comercialização de produtos agrícolas, acesso ao crédito rural, entre as mais importantes. Exigimos uma atuação eficiente do Sr. Secretário, sem as desculpas esfarrapadas de sempre, pois é fácil descarregar nas costas da natureza tudo o que ocorre neste Estado.

Cientes de que a administração estadual recebe uma carga acentuada dos desníveis da administração central, deteriorada, ineficiente e anti-povo - embora isso não sirva como desculpa, vamos ver que o quadro nacional não é muito diferente.

Na agricultura, por exemplo: a queda da produção de alimentos está na razão direta do desestímulo ao agricultor. País de dimensões continentais e apenas dezessete por cento de áreas agricultáveis. E desses dezessete por cento, no máximo três por cento são utilizados para a produção de alimentos básicos para encher a barriga do nosso povo.

Onde estão as plantações de mandioca, feijão, milho, arroz, batata, alimentos básicos e tradicionais? Foram trocados por produtos de exportação, como o soja. Noventa por cento da nossa produção agrícola é comercializada por multinacionais e parece que elas, as multinacionais, é que determinam o que devemos plantar. O Brasil de hoje não produz aquilo que necessita para o abastecimento da sua população, mas sim, o que as empresas estrangeiras querem.

As multinacionais - e não é de hoje - continuam festando, num eterno pic-nic, deixando as migalhas para o nosso povo.

Fala-se em aumentar a produção agrícola, mas o Governo já começou a importar arroz, feijão, trigo e milho, num total de NOVECIENTOS MILHÕES DE DÓLARES, dez por cento a mais do que em 1978. Hoje, a grande arma de um País é a comida. E o Brasil, se tivesse uma política econômica estruturada, e não se curvasse aos interesses de grupos anti-nacionais, poderia abastecer o mundo, constituindo-se na maior potência em produção de alimentos.

A importação - dizem - é com a preocupação de formar estoques reguladores para coibir a especulação, mas demonstra, isto sim, improvisação num setor eleito como prioridade nacional pelo quinto governo da revolução. Ao invés de importar, por que não investir no estímulo à produtividade? A importação de gêneros alimentícios, num mundo faminto, com comercialização manobrada numa só direção, desequilibra a balança comercial. Já dizia um economista: "adquirir lá fora, em dólares é desestimular quem produz aqui, em cruzeiros".

No Brasil, efetivamente, se marginaliza quem planta e quem consome.

"A RIQUEZA DOS PAÍSES RICOS É ALIMENTADA PELA MISÉRIA DOS PAÍSES POBRES" - Dom Hélder.

Fala-se hoje no combate à inflação. A inflação continua sendo o tema preferido. De Castelo à Figueiredo, muito se tem falado, mas a inflação caminha a passos supersônicos, desmascarando os "luminosos pais damatéria". A inflação, hoje, está ganhando da goleada da incompetência instalada no planalto. Fala-se em contê-la, mas ao mesmo tempo falam que Itaipú



não pode parar, e para lá são canalizados recursos à qualquer preço.

Fala-se em combater a inflação, mas a Usina Nuclear é compromisso de honra do Governo.

A França continua sendo o grande exemplo de competência administrativa, pois liquidou com a inflação em apenas dois anos e meio após ser destruída pela guerra.

**"NESTE PAÍS" A ÚNICA COISA LIVRE SÃO OS PREÇOS**". Eduardo Galeano.

Que momento é este, onde o Governo inventa um Pacote Econômico, que não passa de um CONTO DO PACO, provando que os seus autores não têm sensibilidade, nem percepção, para os gravíssimos problemas nacionais que estão levando o nosso povo ao desespero, enquanto os titulares da mordomia ríem?

Que momento é este, onde o Governo confessa o fracasso da política rural, ao importar produtos alimentícios, mas não deflagra a produção imediata? Se Pero Vaz de Caminha fosse vivo, certamente já teria queimado a famosa e célebre carta.

Que momento é este, onde o Governo fala em fixar a taxa de juros cobrada pelos bancos, através de um "Acordo de Cavalheiros", a ser acertado entre governo e banqueiros, fortalecendo o poderoso e marginalizando mais uma vez o povo? Enquanto isso, os bancos oficiais continuam aumentando as garras e tentáculos em busca dos lucros. Em 1978, o Banco do Brasil teve um lucro líquido, **DIÁRIO**, de setenta e dois milhões de cruzeiros. **SETENTA E DOIS MILHÕES POR DIA**. E outra instituição bancária, a mais rentável entre as particulares, teve um lucro diário de sete milhões.

Que momento é este, onde o Governo nomeia para o Conselho Monetário Nacional - órgão responsável pelos destinos econômicos, creditícios, cambiais, financeiros e fiscais do País, homens compromissados com multinacionais e grupos? Será que o Brasil efetivamente é um deserto de homens e idéias?

Que momento é este, onde o Governo se deixa controlar por grupos individualistas, os quais utilizam até mesmo militares para atingir seus objetivos? E muitos são multinacionais. Os exemplos estão no carvão, estão em Santa Catarina. A Indústria Carbonífera Catarinense, segundo os jornais, tem um presidente-general; outro exemplo é o de Crisciúma, onde o presidente-general ganha duzentos e cinquenta mil cruzeiros mensais. Essa mina de carvão pediu um empréstimo de cento e quarenta milhões de cruzeiros ao BNDE e pediu ao Conselho Nacional do Petróleo, preços especiais para não falir. Como tem "pistolão" deverá ser atendida.

Que momento é este, onde o Governo da revolução se mostra impotente para combater a corrupção? Querer governos sem corrupção é Utopia, mas no Brasil os limites toleráveis foram rompidos e nunca ninguém foi preso. Na Itália um Ministro foi preso; no Japão caiu o primeiro-Ministro; nos EEUU, um vice-Presidente também foi afastado. Nos países mais evoluídos também existe a corrupção, com uma diferença; lá, a cadeia não é feita apenas para ladrão de galinha. No Brasil, corrupção virou instituição. A Televisão já mostrou quadros humorísticos, prevendo que neste País, corrupção é sinônimo de esperteza, de oportunismo. Enfim, ser corrupto no Brasil é até bonito e dá "status". Neste País, corrupção é "currículo" e alguns chegam até a governar estados, numa afronta ao empobrecimento absoluto.

Que momento é este, onde o Governo consegue bater um recorde mundial em termos de crises: crise política, crise econômica, crise financeira, crise administrativa, crise social e crise militar?

Sr. Presidente, Srs. Deputados. Os homens do Governo continuam brigando com o povo brasileiro. O brasileiro está cansado de ser esbofeteado. De governo a governo, a mesma falta de seriedade, a mesma falta de honestidade.

É hora de independência!

É hora de serrar os grilhões e transformar este imenso País, numa terra para os brasileiros, sem as algemas das multinacionais e sem receber ordens de outros patrões.

É hora de aplicar o Estatuto da Terra, para que nossos ouvidos sejam poupados de ouvirem gracejos delirantes, como este: "posso fazer a reforma agrária amanhã, mas precisaremos importar duzentos e vinte milhões de japoneses. O instrumento criado por Castelo Branco não é aplicado. Ou será que é preciso de uma lei para fazer a lei funcionar?

É hora de explicar ao povo, onde estão sendo aplicados os duzentos milhões de cruzeiros, **arrecadados semanalmente** pela Loteria Esportiva. São oitocentos milhões de cruzeiros por mês, **dez bilhões por ano**.

É hora do Governo dar uma explicação honesta e convincente ao povo brasileiro sobre a devastação da Amazônia, onde BOMBAS DE NAPALM estariam sendo usadas para incendiar e queimar grandes áreas. Hugo Werner, Presidente do Centro de Conservação da Natureza, culpa o Banco da Amazônia e a SUDAM, que financiam grupos exploradores.

É hora de coibir abusos na construção de prédios oficiais. As obras de fachada, osuntuosos gabinetes, as verdadeiras obras de arte, são uma afronta à situação nacional. E estão aí, para provar: Caixa Econômica, INPS, Banco do Brasil IBC, etc.

É hora da moralidade. A desonestidade, a falta de seriedade precisam ser combatidas, como por exemplo, as concorrências públicas para grandes obras, que enriquecem empresários e altos funcionários dos governos estadual e federal.

É hora de ORDEM para o povo e PROGRESSO também para o povo e não para as multinacionais e grupos ligados ao governo. Antes da democracia que nós tanto pregamos, precisamos da honestidade. A honestidade é o fundamento para se começar a se enraizar e se criar uma sólida democracia."

Concedo o aparte ao Deputado Fidelcino Tolentino. **O Sr. Fidelcino Tolentino** - Tenho até constrangimento de não poder contribuir com o pronunciamento tão profundamente analisante que faz Vossa Excelência, desta tribuna. Mas, humildemente, quero, pelo menos, demonstrar que a pretensão, no aparte, é contribuir para engrandecê-lo. Se não o fizer, peço perdão a Vossa Excelência. Mas, neste País, onde Vossa Excelência faz uma análise corretíssima das causas e dos efeitos, só que no meu entender é lamentável que todos os homens do Parlamento Brasileiro, conquanto tenham no bojo do seu subjetivo o interesse de trazer esta Nação à sua realidade, e reorganizar a sociedade civil, e recompor a sociedade econômica e de arrumar o dismantelo em todas as áreas da administração pública, o que é mais lamentável, é que essas intenções não chegaram a ser potentes para coibir que o futuro julgue não a nós, mas aquele preceito bíblico previsto de que - até a 7.<sup>a</sup> geração pagará pelos erros cometidos - e, os nossos filhos, Deputado, pagarão, pacivamente, responsabilizando a classe política de hoje que não teve coragem de dizer "não" a este governo autoritário, autocrático, absurdamente arbitrário e que confuso em posições, vem trazendo fisuras, divisões, inclusive, na família brasileira. E é preciso dizer "não", é preciso dizer "não", por liberdade, por independência, por honra, por dignidade e, sobretudo, por honestidade, como fala Vossa Excelência.

Talvez, quem sabe, até em nós mesmos falte honestidade até para dizer, até para termos coragem de levantarmos não as nossas vozes, mas como bem disse o Deputado Deni Schwartz em memorável tarde ainda nesta Legislatura - que, talvez não tenhamos tido coragem para pegar em armas, para derrubar os impostores que colocaram desordem na ordem pública. Talvez, seja o momento da consciência nacional dizer um "chega" a tudo isto. Aí está mais uma impostura a dizer pelos jornais e a contradição dita pelo Passarinho que não fugiu da mão do Governo, o seu representante no Senado Fe-

deral, a prorrogação de mandatos. Queremos coisa mais expúria de que prorrogar mandatos, Deputado? Haverá de ter coisa mais expúria do que as imposturas no preço de produtos, sobretudo pagando os agricultores? As multinacionais tomaram conta do País. Os estrangeiros dominam esta Pátria e já a chamam até de "quintal".

É verdade que nós todos precisamos ter brio, honra e vergonha na cara e de dizer chega a este Regime que está importunando e infelicitando a Nação brasileira. Este é o aparte que queria oferecer a Vossa Excelência.

O SR. FIORI LUIZ — Muito obrigado, nobre Deputado Falcão Tolentino. Com relação a prorrogação de mandatos, parece que já é um ponto definitivo do Governo, porque eles usam muito enquete e pesquisa. Então fazem enquetes com Prefeitos, saber se quer a prorrogação ou não; e isto seria a mesma coisa que fazer uma enquete e perguntar para o macaco se quer banana.

Com relação a essas colocações, devo dizer que sou produto da Revolução. E não tenho compromisso com o passado, não tenho compromisso com o PTB, com UDN, com PDC ou com PSD. O que me contam é que antigamente se dormia mais sossegado do que hoje, sem a ameaça do medo, sem a ameaça das prisões injustas, sem acordar sobressaltado quando alguém batia na porta; apertava a campainha ou parava um carro diante da porta da casa. Não tenho compromisso com o passado. O único compromisso é com o M.D.B.

E, para concluir, Sr. Presidente, Srs. Deputados, colocações de Dom Helder Câmara: "Quem já se viu à beira de uma estrada, com urgência de seguir e vendo passar carros, em grande velocidade, sem parar, tem condições de entender o drama dos marginalizados. Marginalizado é quem fica à margem da vida econômico-social e político-cultural de um país. Poder-se-ia pensar que, nos países subdesenvolvidos, todos se nivelassem na pobreza ou até na miséria e nas condições sub-humanas de vida. Não é o que em geral acontece. O que geralmente se dá é o colonialismo interno: pequenos grupos de ricos no País, cuja riqueza é mantida à custa da miséria de milhões. Indispensável é que, em lugar de o progresso estar a serviço de grupos mais restritos, que ele fique a serviço da humanidade inteira nem miséria que subhumanize, nem excesso de conforto que desumanize. A miséria é a mais sangrenta, vergonhosa e traiçoeira de todas as guerras. É preciso rever, em profundidade também, a educação militar, de vez que não tem mais sentido preparar para a guerra, a menos que se trate da guerra única, possível e desejável nos nossos tempos: a guerra contra o subdesenvolvimento e a miséria.

Quem opta pela justiça e pela mudança às estruturas, no mundo de hoje, deve se preparar para ser vítima da difamação e de calúnias; para perder o prestígio junto aos governos e poderosos, e, quem sabe, até ser preso".

Encerrando, Sr. Presidente...

O Sr. Aírton Cordeiro — Vossa Excelência permite um aparte? (Assentimento) — Deputado Fiori Luiz, quando Vossa Excelência faz uma abordagem crítica a vários aspectos da vida brasileira, devo confessar a Vossa Excelência que, em primeiro lugar, fico satisfeito por ouvir a referida análise.

Mas, gostaria também de ouvir - e por isso retirei a solicitação de aparte ao final do pronunciamento de Vossa Excelência, gostaria de ouvir soluções, sugestões para a solução de todos os problemas apontados por Vossa Excelência, é claro, e de acordo com o entendimento pessoal e político de Vossa Excelência. Porque também não acredito, Deputado Fiori Luiz, que a simples ascensão do MDB ao poder e, implicitamente preconiza Vossa Excelência que estariam aí todas as soluções, possa essa ascensão alterar radicalmente o quadro que, no seu entender, é, hoje a síntese da vida brasileira.

Então, gostaria de apelar a Vossa Excelência mesmo,

que aguçou tanto o espírito crítico, utilizando-se, lógico, de uma prerrogativa, de um direito seu, pessoal, político e parlamentar, que Vossa Excelência oferecesse uma contribuição para abrir, diante de todos nós, a possibilidade de um debate e não só de uma resposta. Fazendo proposições econômicas, fazendo proposições de alcance social, para que possamos aí sim, realmente discutir, participar.

Porque se aceitarmos simplesmente as colocações que Vossa Excelência fez, estou certo, com a melhor das intenções, estaríamos abrindo mão - e isto é grave - abrindo mão do direito de debater.

Mas para que possamos debater, para que possamos alimentar o debate, seria necessário que Vossa Excelência, após detectar todas as dificuldades da situação atual brasileira, nos propusesse uma mensagem, nos oferecesse argumentos, nos oferecesse razões, para que pudéssemos, através do debate, numa discussão ampla e leal, pudéssemos encontrar a média de opinião do que pensa o povo brasileiro. Porque nós, parlamentares, nada mais devemos ser do que a representação desta média de pensamento do povo deste País.

Obrigado.

O SR. FIORI LUIZ — Ao longo destes anos, nobre Deputado Aírton Cordeiro, o MDB tem feito suas proposições...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa lamenta, mas informa ao nobre Deputado que tem apenas um minuto para concluir.

O SR. FIORI LUIZ — Obrigado, Sr. Presidente.

O MDB tem feito as proposições, o MDB tem alertado, o MDB tem levantado os problemas.

Mas, se a incompetência deste governo revolucionário que se implantou na célebre revolução sem sangue, neste País, governo que não tem competência, não tem eficácia para resolver problemas sociais profundos, Vossa Excelência, nobre Deputado, não pode acusar o Movimento Democrático Brasileiro. O Governo está implantando, no Palácio do Planalto, há quinze anos, se esparramando nas suas ramificações dos governos estaduais, mas as soluções que o povo brasileiro tem clamado, há muitos anos, não vimos até agora, nenhuma delas, nobre Deputado.

O Brasil de hoje é um País que se submete ao imperialismo capitalista. e daí partem todos os problemas nacionais, da influência americana, notadamente neste País, e nós ficamos cerceados, manietados, amarrados, com a boca tapada, sem que este governo revolucionário tenha forças para superar, para ir de encontro ao povo, aí sim, estendendo a mão, num diálogo franco e aberto, com esse povo.

Compete, sim, ao Governo da Revolução, porque ela foi feita para moralizar e para construir um País melhor, mas, a cada ano que passa, a situação se torna mais insustentável, neste País, dada a ineficiência administrativa e aos desmandos administrativos dos homens que estão no poder, dos homens que estão a nos governar.

Para encerrar, Sr. Presidente, informo que querer dias melhores para este País não é demagogia, não é derrotismo, e muito menos ser subversivo.

Obrigado, Sr. Presidente.

Obrigado, Srs. Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Homero Tallevi Campos, Prefeito Municipal de Tibagi.

No horário reservado ao Movimento Democrático Brasileiro, concedo a palavra ao Sr. Deputado Nestor Baptista.

O SR. NESTOR BAPTISTA — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

(Lê): "Depois de quase dez anos de um aparente silêncio, os trabalhadores erguem a sua voz: os sindicatos reivindicam e decretam greves, as oposições sindicais criticam os dirigentes adesistas, milhares de pessoas comparecem às as-



sembléias para discutir o custo de vida. Os últimos meses registraram importantes movimentos sociais em todo o País, decorrentes do esforço de enormes contingentes da população. Operários, agricultores, funcionários públicos, profissionais liberais, se incorporaram efetivamente à luta pela democratização do País e pela elevação do seu nível de vida.

É a resposta das massas populares que se organizam para defender seus interesses contra os beneficiários do regime.

Enfrentam o arbítrio, a violência, na certeza de que a vitória final será daqueles que podem construir o progresso e não dos que conspiram pela extensão deste período negro na história da Nação.

O que pedem os trabalhadores, Senhores Deputados? Apenas o que lhes é devido.

Quando a riqueza nacional estava crescendo a taxas consideradas excepcionais, o regime exigiu paciência aos trabalhadores, argumentando que o bolo ainda era muito pequeno para poder ser repartido. Agora, no quarto ano consecutivo em que a economia cresce a taxas muito menores, pede que apertem os cintos e esperam um pouco mais, até que as dificuldades sejam vencidas.

O grande argumento dos que negavam os direitos políticos aos trabalhadores e que negavam também os efeitos da política de arrocho e o crescente processo de concentração da riqueza no País, caiu por terra. Era o argumento de que a economia estava crescendo o bastante para melhorar a situação de todos os brasileiros.

Vivemos uma nova situação, onde a desaceleração se combina com a manutenção do arrocho e os trabalhadores continuam sem direitos políticos garantidos para fazer face à crescente tendência de agravamento de suas condições de vida e de trabalho e ao desemprego.

Diante deles o governo tem tido dois tipos de respostas. Ou o pedido de paciência ou a repressão pura e simples.

Alegando sempre que a cruzada antiinflacionária o impede de atender suas reivindicações.

Esta nova justificativa do arrocho vem fazendo sucesso. E por ser injusta e incorreta é preciso desmistificá-la. Não podemos aceitar a tese de que o aumento dos salários causa inflação, pois temos clareza de que ocorre exatamente o inverso.

— Em primeiro lugar, a tese de que os preços sobem porque os salários sobem já começa falsa porque atribui aos salários um peso exagerado na formação dos preços das mercadorias. Há estimativas de que a remuneração dos trabalhadores do Brasil representa apenas entre dez a vinte por cento dos custos de produção. Sendo assim, na pior hipótese, um aumento de cem por cento nos salários ocasionaria um aumento no nível geral dos preços de apenas vinte por cento.

Ora, Senhores Deputados. Todos sabemos que tem acontecido o inverso: o aumento da inflação é superior à elevação dos salários. Portanto, os aumentos de preços devem ser creditados a outros fatores.

— Em segundo lugar, não se deve confundir reajuste com aumento de salários. Quando os preços dos bens e serviços sobem, o valor da moeda diminui. Mil cruzeiros já não compram tudo que compravam antes. Nestas condições, embora o valor nominal dos salários permaneça o mesmo, seu valor decresce. Quando, meses depois, os trabalhadores conseguem que seus salários sejam aumentados, este aumento só será real se for superior à elevação dos preços ocorrida no período. Se for igual, terá ocorrido apenas um reajuste dos salários reais, isto é, uma reposição do seu poder aquisitivo comido pela inflação. No Brasil, os aumentos dos salários nominais apenas restabelecem, quando restabelecem, os salários reais anteriores. Como então atribuir a inflação aos aumentos inexistentes de salários?

— É freqüente que os reajustes salariais sejam inferiores

ao aumento do custo de vida. Isto é, não chegam a repor o salário real de um ano atrás. Nos últimos dez anos, o salário mínimo real reduziu-se a menos da metade. Hoje, os trabalhadores lutam para recuperar o seu poder aquisitivo perdido. Não houve aumento. Houve sim, diminuição dos salários. Portanto os salários não foram a causa da inflação nesse período.

E se alguém ainda duvida quanto a completa improcedência da teoria de que o salário é causa da inflação, a experiência brasileira aí está: os salários vem sendo contidos há quase doze anos e nem por isso o índice inflacionário deixou de crescer substancialmente.

Senhores Deputados.

O povo brasileiro esteve submetido às teses mais absurdas formuladas por tecnocratas à serviço do regime. É chegado o momento de revisá-las e combatê-las, especialmente aquelas que dizem respeito aos interesses diretos dos trabalhadores.

Hoje, apenas os ingênuos e os que se beneficiam do arrocho salarial podem repetir a tese de que os aumentos de salários causam inflação. E se pode provar o contrário. A diminuição dos salários é que constitui um fator complementar da inflação.

Com a queda dos salários reais, contrai-se o mercado de gêneros de primeira necessidade e dos artigos de consumo popular. Desestimulada, a produção desses bens declina, ocorrendo então uma maior escassez que leva ao aumento de preços. Em contrapartida, há um incentivo à produção de certas mercadorias, como o soja para o mercado externo, ou de bens suntuários, como automóveis de luxo, para uma faixa restrita de consumidores privilegiados. Vemos, portanto, que o salário não causa inflação e que sua diminuição é que pode agravar a alta de preços, ao reforçar os fatores estruturais da inflação.

Comprova-se que não só é possível combinar o combate antiinflacionário com a elevação dos salários reais, como uma política resoluta de elevação dos salários reais e de redistribuição da renda nacional em benefício dos trabalhadores permite atacar as causas profundas da inflação.

Mas não é esse tipo de combate à inflação que interessa ao regime. O governo optou por medidas restritivas que operam o desaquecimento da economia. Uma política de desaceleração que provoca a diminuição dos investimentos e a consequente queda do ritmo das atividades econômicas, trazendo novas dificuldades para os trabalhadores e agravando as antigas.

Vejamos algumas dessas dificuldades.

O desemprego aumentou. Ninguém hoje é capaz de afirmar que não haja desemprego no País. O DIEESE (Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Sócio-Econômicos) divulgou um estudo onde mostra o "desemprego como característica básica do mercado de trabalho".

Dois fenômenos ocorreram refletindo a política de desaceleração e que contribuíram para aumentar o desemprego:

1.<sup>o</sup>) A sensível queda no volume de novos empregos gerados pela economia. Como se sabe, a cada ano, um grande contingente de pessoas ingressa no mercado de trabalho. Um contingente particularmente grande no Brasil, em virtude do enorme peso dos jovens no conjunto da população. Segundo o DIEESE, houve uma queda de quarenta e oito por cento na criação de novos empregos urbanos.

2.<sup>o</sup>) Além disso, observou-se a diminuição do volume de recontração da mão-de-obra que foi desligada de seu emprego. Nos últimos dois anos, mais de cinquenta mil trabalhadores de São Paulo que perderam seus empregos, permaneceram desempregados.

Outro fenômeno que se agrava particularmente nesse período de desaceleração é a chamada rotatividade da mão-de-obra. Desde que o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço substituiu a antiga lei da estabilidade, as empresas pas-

saram a demitir um grande número de empregados exatamente no mês anterior à época dos aumentos salariais, como forma de contratar novos funcionários por um salário inferior ao que os antigos teriam direito. Diziam que as demissões seriam provocadas pelo próprio trabalhador, que forçava a demissão do antigo emprego para retirar seu Fundo de Garantia. Dados recentes publicados pelo DIEESE mostram que as dispensas de trabalhadores provocadas pelas empresas é muito maior que as demissões espontâneas dos trabalhadores.

Dos dois problemas anteriores decorre um terceiro.

Reduzindo as folhas de pagamento ao mínimo, as empresas lançam mão da extensão da jornada de trabalho para manter a produção com menor número de empregados. Com o aumento do desemprego e o achatamento salarial, a maioria dos trabalhadores brasileiros está trabalhando além de quarenta e oito horas semanais, sendo que mais de trinta por cento dos trabalhadores urbanos fazem mais de cinquenta e cinco horas por semana. A jornada excessiva de trabalho, agrava o processo de depauperação física e espiritual dos trabalhadores. Além disso, é uma forma de aumentar a concorrência entre os próprios trabalhadores, fazendo uns trabalharem demais enquanto outros ficam desempregados. A utilização desenfreada das horas-extra, aumentando a duração da jornada de trabalho, somente é aceita pelos trabalhadores porque eles se vêem sem outro caminho para recuperar a perda do poder aquisitivo. Com a política de desaceleração aumentando o desemprego, o trabalhador é levado a se submeter ainda mais às exigências do empregador.

Como se vê, Senhores Deputados, é sobre os trabalhadores que recaem os efeitos mais duros da política de combate à inflação estabelecida pelo Governo.

Por isso tudo, os trabalhadores não estão quietos. Mais do que nunca exigem mudanças para que seu nível de vida não se avilte ainda mais. Mesmo que o governo continue insistindo na política econômica baseada na absorção de capitais externos em escala crescente. Mesmo que a política salarial continue sendo um dado essencial para a atração desses capitais.

O regime tem respondido com violência às suas manifestações. Líderes são cassados, há intervenção nos sindicatos e perdura uma legislação de inspiração fascista que impede a livre organização dos trabalhadores.

Acontece, Senhores Deputados, que os trabalhadores demonstram que sua paciência chegou ao limite e não estão mais dispostos a aceitar engodos, justificativas falsas e o arbítrio, se a cada dia que passa eles têm menos a perder.

Cansaram das mentiras e das promessas. Redescobriram sua força e estão modificando a face política do País. Tenho fé de que levarão a cabo a realização das aspirações de progresso da sociedade brasileira. Afinal, o futuro é deles. E o País estará em boas mãos."

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — No horário reservado à Aliança Renovadora Nacional, concedo a palavra ao Sr. Deputado João Mansur.

O SR. JOÃO MANSUR — Sr. Presidente, Srs. Deputados. Encaminhamos à Mesa, na tarde de hoje, um requerimento para o qual pedimos o apoio dos Srs. Deputados.

O requerimento está vazado nos seguintes termos. (Lê): "Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná, NEY AMINTAS DE BARROS BRAGA, manifestação de apreço pelo início da implantação do Parque Histórico do Mate.

Solicitamos também que na ocasião seja feito apelo que a essa obra venham aliadas medidas reais de proteção

e estímulo ao homem do campo, na forma de reativação da economia ervateira do Paraná, com especial atenção ao beneficiamento do pequeno e médio agricultor.

Sala das Sessões, em 08 de maio de 1979."

Era esta, Sr. Presidente, Srs. Deputados, a manifestação que desejava fazer nesta tarde, e, pela exiguidade do tempo porque ainda o nosso companheiro de bancada, o Deputado Gabriel Manoel deverá ocupar o restante do tempo que dispomos, pretendemos e prometemos aos Srs. Deputados, que estamos desenvolvendo um profundo estudo sobre o problema da erva-mate, erva-mate que, já se constituiu na grande economia do Paraná, que já tanto ajudou o nosso Estado nos seus orçamentos, e que, hoje, começa novamente a renascer.

Então é preciso que esta Casa, através dos seus representantes, faça sentir às autoridades responsáveis, para que se sensibilizem no sentido de promoverem cada vez mais o atendimento técnico financeiro, para que a erva-mate volte a se constituir num grande ponto de apoio aos homens do Interior, de mão-de-obra, e que volte a se constituir numa das principais economias do Estado do Paraná.

Muito obrigado.

O Sr. Lázaro Dumont — Vossa Excelência permite um aparte?

(Assentimento) — Nobre Deputado, primeiramente desejo me parabenizar com Vossa Excelência, e ressaltar dois aspectos: o primeiro, é realmente aquele que Vossa Excelência ressaltou, a manutenção, como um marco de um parque histórico do que representou, para o Paraná, a erva-mate, e que o Paraná precisa, tanto, voltar às suas tradições, a cultivar aquilo de mais importante ele poderia ter na sua história, que são as tradições, o seu folclore, que lamentavelmente, não se vê mais, hoje no Paraná. Quando viajamos por alguns estados brasileiros, Rio Grande do Sul por exemplo, inclusive aqui dentro do próprio Paraná com seus CTGs, o Estado da Bahia, o Estado do Rio de Janeiro, o Estado de Pernambuco, tantos estados brasileiros cultivam tanto as suas tradições e, lamentavelmente, no Estado do Paraná este cultivo é tão pequeno! Então, neste momento, a respeito deste aspecto quero me congratular com Vossa Excelência, e outro aspecto, nobre Deputado, é de que nós estamos vendo aí hoje, o empenho em se fazer reflorestamento, de se plantar árvores, de se plantar florestas, principalmente nas pequenas propriedades, onde se tem dificuldades em se plantar parques florestais. Por que não se fazer o reflorestamento, através da erva-mate? Além de se estar proporcionando as condições de se plantar árvores neste Estado, ainda estaríamos fazendo também com que, não tanto com aquela participação importantíssima que teve a erva-mate no setor econômico do Paraná em anos passados, mas nós teríamos condições para as futuras gerações implantarem um novo parque florestal, ou erva-mate, para que não aconteça o que já estamos tendo a oportunidade de ver hoje, inclusive algumas lojas em que se compra o chimarrão, que ele vem da Argentina, ou da própria Santa Catarina.

Então quero me parabenizar com Vossa Excelência por ter trazido este assunto que, realmente, para a tradição do Paraná e para a preservação do momento histórico que o mate, realmente, representou para o nosso Estado, é muito importante.

Muito obrigado, Sr. Deputado.

O SR. JOÃO MANSUR — Agradeço o aparte do nobre Deputado Lázaro Dumont, e para mim, este aparte é muito importante, porque vem de um homem preocupado com a mão-de-obra de companheiros nossos, do Estado do Paraná. E posso afirmar ao nobre Deputado de que se esta Casa, através dos seus representantes, sensibilizar as autoridades responsáveis pelos nossos destinos, tenho certeza, nobre Deputado Lázaro Dumont, um dos grandes objetivos pelo qual Vossa Excelência tanto se bate - que é a mão-de-obra, que é o trabalho, que é o emprego para os nossos irmãos, grande

parte será resolvido através da mão-de-obra que a erva-mate oferece aos brasileiros. E quero deixar, nesta Casa, um convite de uma das maiores firmas e mais preocupadas, hoje, com a industrialização, o plantio e o reflorestamento da erva-mate que é a Indústria João José Zattar, que por nosso intermédio, faz um convite a esta Assembléia e a todos os Srs. Deputados, que no dia e à hora que desejarem fazer uma visita àquelas indústrias lá no Município de Vila Nova do Pinhão, eles estarão à disposição de todos os Srs. Deputados, para que vão lá verificar, in loco, o que essa firma vem realizando através de um trabalho de pesquisa feito às expensas da própria firma e promovendo as suas próprias sementes e reflorestando imensas áreas de terras outrora inaproveitáveis, e que agora estão se transformando em grandes ervais, e que, além de dar emprego a milhares de companheiros nossos, vem se constituindo numa das grandes fontes de economia do Estado do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Concedo a palavra ao Sr. Deputado Gabriel Manoel.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do Sr. Atílio Chaves da Silva, Prefeito de Enéas Marques.

Com a palavra o Sr. Deputado Gabriel Manoel.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, apenas para alertar Vossa Excelência, que desconte do horário concedido ao nobre Deputado João Mansur o tempo concedido, em aparte, ao nobre Deputado Lázaro Dumont, porque, se não, terá apenas dois minutos para fazer o pronunciamento.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Nós queremos comunicar ao nobre Líder da Arena, que o horário reservado aos Partidos é improrrogável; no entanto, ainda há tempo para o companheiro Gabriel usar da palavra.

O SR. GABRIEL MANOEL — Sr. Presidente, serei breve.

Srs. Deputados, ouvimos com atenção o ilustre Deputado Mário Celso, a ferir sensibilidades, a misturar alhos com bugalhos; a misturar caçada de tatu com serenata.

Perdemos o grande Senador Teotônio Vilela, nem por isso viemos a esta tribuna para criticá-lo, porque não misturamos opção com traição. Chamar prefeitos dignos, prefeitos nobres, como os Prefeitos de Santa Mariana, de Nova Fátima, de Colombo, como os prefeitos que fizeram, por uma questão de opção, após terem recebido os benefícios para o seu povo das mãos do grande Governador Jayme Canet, que apenas cumpriu com a sua obrigação, dando o PROSAFRA e dando os benefícios para as comunas mais necessitadas, indistintamente, sem olhar para a grei partidária que pertencia o Chefe daquele poder executivo.

Realmente, nos causa espécie, Sr. Presidente; nos causa espécie, Srs. Deputados; nos causa espécie, imprensa do meu Paraná, quando vem um moço da capacidade, do gabarito de Mário Celso, mas sem conhecimento de causa interiorana, sem saber que esses Prefeitos eleitos pelo MDB vieram muitas vezes aqui a essa Assembléia e tiveram as costas voltadas de seus representantes.

Então, em opção, em vez de passar por negligentes, optaram pelo lado melhor, optaram, Sr. Presidente, Srs. Deputados, não para benefício próprio, não para benefício de seus familiares, mas optaram abnegadamente num gesto heróico e dinâmico dos homens que é próprio dos homens do interior; dos homens de mãos calejadas que não querem outra coisa a não ser o bem estar de sua terra e de sua gente.

Esses homens vieram para a Arena após as eleições, e nós os recebemos de braços abertos. Traição não houve, porque quem trai, trai o seu povo. E os nossos Prefeitos, Mário Santos, Prefeito de Santa Mariana, Prefeito Antoninho que lutou numa luta para que fosse levado à Prefeitura daquele local.

Então, tendo suas costas voltadas pelos representantes do Movimento Democrático Brasileiro, que não sabem fazer

outra coisa a não ser demagogia e a não ser tumultuar. Porque, ao invés de darem, Sr. Presidente, Srs. Deputados, pelo menos uma solução, ou darem um projeto para que o País não volte à baderna de 64, e está aqui o Deputado Renato Bueno, que conosco sofreu quando éramos Prefeitos, do PTB, em Joaquim Távora.

E vimos o país no caos; foi preciso que a mulher brasileira, esta mulher que é uma heroína, saísse às ruas e botasse na consciência das Forças Armadas, que teriam que dizer um basta para as medidas esdrúxulas, para que o País não fosse entregue à égide da foice e do martelo.

E hoje estão aqui esses senhores, os Senadores da Pátria, os Messias falsos, que não querem outra coisa a não ser tumultuar ao invés de dar uma diretriz certa, ao invés de chamar um prefeito digno que trabalha diuturnamente pela sua terra e por sua gente, ao invés de chamar de traidor... O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) A Mesa lamenta, mas comunica ao nobre Deputado que tem apenas um minuto para concluir a sua oração.

O SR. GABRIEL MANOEL — ... ao invés de chamarmos homens dignos, homens honrados, pais de família e essencialmente cristãos e democratas, chamarmos de traícoeiros, devemos chamá-los Deputado Mário Celso. Opção pela sua gente, vergonha na cara para trabalhar por sua gente e por sua terra.

E é isto que vocês chamam de Democracia.

Democracia é expulsar os Deputados do Partido quando eles divergem. Isto é Democracia? Quando se expulsa um Deputado porque ele diverge do ponto de vista?

Graças a Deus, no meu Partido, a Arena, jamais aconteceu isto. E se por acaso, se porventura acontecer, eu me desligo do meu Partido.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Comunico ao nobre Deputado que está encerrado o seu tempo.

O SR. GABRIEL MANOEL — Vou concluir, Sr. Presidente.

É por isso que eu quero dizer ao Paraná, que são dignos os Prefeitos que passaram para a Arena, porque é só na Arena que nós encontramos a solução pacífica e cristã dentro do Partido. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

#### ORDEM DO DIA,

com a presença de 58 Srs. Deputados.

Sobre a mesa, projeto de lei de autoria do Sr. Deputado Lineu Turra, constante do expediente. Necessita de apoio. Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Projeto de Lei de autoria do Sr. Deputado Werner Wanderer, constante do expediente. Necessita de apoio. - Apoiado. - Ao Departamento Legislativo.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial para analisar a Lei da Greve. Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Expediente firmado pelo Sr. Deputado Nilso Sguarezi, Líder do MDB, constante do expediente, indicando os nomes dos Srs. Deputados que irão compor a Comissão Especial de Estudos para alteração do Regimento Interno. - Ao Departamento Legislativo - Divisão das Comissões, para anotar.

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

2a DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 64/78, de autoria do Deputado WILSON FORTES, que cria no Município de Maria Helena o Distrito Administrativo de Carbonera, cuja sede e divisas específica. Pareceres Favoráveis da C.C.J. e C.F., por unanimidade. - Aprovado, artigo por artigo.

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 153/78, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública a Associação Educacional e Assistencial Martin Luther - ASSEAMAL, com sede e foro na cidade de Marechal Cândido Rondon. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

2ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 168/78, de autoria do Deputado WERNER WANDERER, que declara de utilidade pública o Serviço de Obras Sociais - SOS, com sede e foro na cidade de Palotina. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado, artigo por artigo.**

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 111/78, de autoria do Deputado Lineu Turra, que denomina "Deputado João Chede", a Rodovia PR-151, trecho Palmeira - Ponta Grossa. Pareceres Favoráveis da C.C.J., C.F. e C.O.P.T.C., por unanimidade. — Em regime de urgência. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 111/78**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica denominada "DEPUTADO JOÃO CHEDE", a Rodovia PR-151, trecho Palmeira - Ponta Grossa.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 02 de agosto de 1978.

(a) LINEU TURRA

**JUSTIFICATIVA:**

João Chede, faleceu a 24 de julho de 1978, aos 74 anos de idade.

Foi Prefeito Municipal de Palmeira, cargo que exerceu durante o Governo Manoel Ribas. Sua administração foi marcada por realizações fundamentais para o desenvolvimento sócio-econômico do município, cumprindo destacar a construção e ampliação da Usina "Manoel Ribas", além da conquista junto ao Governo de então, da Escola dos Trabalhadores "Getúlio Vargas", hoje denominado Colégio Agrícola "Getúlio Vargas", uma das primeiras criadas no Estado. Dirigindo os destinos do município numa época em que vigia no Brasil um regime totalitário, João Chede, por seu equilíbrio, firmeza de caráter e bondade de seu coração, fez por merecer sempre a amizade e o respeito dos seus conterrâneos, jamais exorbitando nos seus atos, sempre se opondo a qualquer atitude de autoridade que viesse em desrespeito aos direitos humanos.

Com o advento da Democracia, em 1945, concorreu a uma Cadeira na Assembléia Legislativa do Estado, alcançando no seu município sede, a cidade de Palmeira, um percentual correspondente a oitenta por cento dos votos, e o Deputado mais votado no Estado.

Foi eleito Presidente da Assembléia Legislativa do Estado na sua primeira legislatura. Em 1950, foi reeleito Deputado Estadual.

No desempenho do seu mandato de Deputado, teve uma atuação destacada, pela dedicação e capacidade de trabalho, ao lado de sua exemplar conduta de parlamentar, que o fez credor do respeito e admiração dos seus pares e do próprio Paraná.

Foi um defensor aguerrido dos anseios da gente do Município de Palmeira e região, e graças a isso, muitos benefícios foram conquistados para consolidar o seu desenvolvimento.

A denominação de "Deputado João Chede" a essa rodovia, é uma homenagem justa que se presta a um homem que dedicou parte de sua vida à causa pública, especialmente com sua atenção voltada para os interesses da região que a referida rodovia serve, além de ter sido ele um dos defensores do traçado existente, como definitivo, eis que realmente consultava os interesses do município.

Além disso, João Chede, mesmo fora das atividades polí-

ticas, sempre foi um homem preocupado com tudo quanto dizia respeito aos interesses do Município de Palmeira e de seu povo.

**COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA**  
**PROJETO DE LEI N.º 111/78**

**P A R E C E R**

De autoria do nobre Deputado Lineu Turra, o presente Projeto de Lei n.º 111/78, tem por finalidade denominar "Deputado João Chede", a rodovia que especifica.

Plenamente justificada a matéria, consideramos das mais meritórias a iniciativa, prestando assim o Poder Público homenagem póstuma a quem muito deu de si em prol do nosso Estado.

Legal e constitucionalmente, nada há que possa impedir a sua tramitação normal por esta Casa, razão pela qual o nosso parecer é Favorável à sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de setembro de 1978.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; Ezequias Losso, Relator

**COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,**  
**TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES**  
**PROJETO DE LEI N.º 111/78**

**P A R E C E R**

O Projeto de Lei n.º 111/78, de autoria do Deputado Lineu Turra, denomina "Deputado João Chede" a Rodovia PR-151, trecho Palmeira - Ponta Grossa.

A homenagem pleiteada, entendemos é justa, pois consideramos que o ex-Deputado João Chede é digno do reconhecimento desta Casa, pelo muito que fez pelo Paraná.

Portanto, somos Favorável à aprovação do presente.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1979.

(aa) David Cheriegate, Presidente; Deni Schwartz, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 04/79, de autoria do Deputado Basílio Zanusso, que cria no Município de Terra Rica, o Distrito de Adhemar de Barros, cuja sede e divisas especifica. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — **Aprovado.**

**PROJETO DE LEI N.º 04/79**

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

**D E C R E T A:**

Art. 1.º — Fica criado, no Município de Terra Rica, o Distrito de ADHEMAR DE BARROS, com as divisas que seguem:

"Inicia no rio Paranapanema, do lado esquerdo; subindo ao lado esquerdo do rio Guairacá, até alcançar a estrada OP-202; daí reflete à direita pela estrada OP-202, até alcançar a estrada OP-106; até chegar à estrada Nova Londrina a Guauraçá; daí descendo pela margem direita do Rio Quati, até chegar à barranca do Rio Corvo; daí continua até a margem direita do Ribeirão do Corvo até chegar no Rio Paranapanema; daí reflete à direita subindo o Rio Paranapanema, até chegar ao ponto de partida".

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 05 de março de 1979.

(a) BASÍLIO ZANUSSO

**JUSTIFICATIVA:**

A área delimitada no perímetro descrito em nosso projeto, se notabiliza por incontidos progresso e dinamismo, o que, aliás, é comprovado pelos documentos que fundamentam e ilustram a representação do Sr. Prefeito Municipal de Terra Rica. É área em franco desenvolvimento, tanto que atraiu o interesse do Banco Brasileiro de Descontos - BRADESCO, que aguarda apenas a criação do Distrito de ADHEMAR DE BARROS, para lá instalar uma sub-agência. São detalhes que, somados a outros, como o atendimento dessa legítima aspiração da população,

local, que justificam a criação do Distrito de Adhemar de Barros e a conseqüente apresentação deste projeto, para o qual solicitamos o apoio dos nobres Pares.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 04/79

PARECER

Para receber parecer, vem a esta Comissão Técnica, projeto de lei de autoria do ilustre Deputado Basílio Zanusso, que objetiva criar no Município de Terra Rica, o Distrito Administrativo denominado Adhemar de Barros.

Como se constata do exame da proposição, as exigências do Art. 9º, da Lei Complementar n.º 02, de 18 de junho de 1973, foram perfeitamente atendidas.

Isto posto, somos pela aprovação da matéria.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(a) Paulo Camargo, Presidente e Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Lei n.º 08/79, de autoria do Poder Executivo, que solicita autorização para reverter ao patrimônio do Município de Francisco Beltrão, mediante doação de imóvel de propriedade do Estado, situado naquele município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. - Aprovado.

PROJETO DE LEI Nº 08/79

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná

DECRETA:

Art. 1.º — Fica o Poder Executivo autorizado a fazer reverter ao patrimônio do Município de FRANCISCO BELTRÃO, mediante doação, o lote n.º 16 da quadra n.º 177, do patrimônio de Francisco Beltrão, da Colônia das Missões - 2ª parte - 1ª Seção, Município e Comarca de Francisco Beltrão, contendo a área de 924,59 m<sup>2</sup>, adquirido pelo Estado do Paraná, conforme transcrição n.º de ordem, 09, do livro n.º 3, de Transcrição das Transmissões, às fls. 3.

Art. 2.º — Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em

(a) PODER EXECUTIVO

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA  
PROJETO DE LEI Nº 08/79

PARECER

A proposição que vem ao nosso exame, objetiva autorizar o Poder Executivo a reverter ao Município de Francisco Beltrão, mediante doação, o lote n.º 16, da quadra n.º 177, do patrimônio de Francisco Beltrão, da Colônia das Missões - 2ª parte, 1ª Seção, Município e Comarca de Francisco Beltrão.

Com área de 924,59 m<sup>2</sup>, o imóvel foi havido pelo Estado por doação feita por aquela unidade administrativa, cuja transcrição recebeu o n.º 9 do Livro n.º 3, de Transcrições e Transmissões às fls. 03 e destina-se à construção do Fórum da Comarca.

Todavia, como se infere da Mensagem Governamental n.º 18/79, providenciou-se a construção em outro terreno, igualmente doado pelo município.

No âmbito da competência regimental desta Comissão, cabe ressaltar que o projeto obedeceu ao disposto da Constituição, às normas legais e ao estabelecido no Regimento Interno.

Ante o exposto, opinamos no sentido da normal tramitação do projeto, uma vez que é constitucional e jurídico.

Sala das Comissões, em 18 de abril de 1979.

(aa) Paulo Camargo, Presidente; João Elísio, Relator

1ª DISCUSSÃO — do Projeto de Resolução n.º 24/79, de autoria da Comissão de Constituição e Justiça, oriundo da Mensagem Governamental n.º 03/79, que aprova o convênio celebrado

entre o Governo do Estado do Paraná e o Município de Nova Londrina, objetivando a execução de obras e controle à erosão urbana, na sede do referido município. Parecer Favorável da C.C.J., por unanimidade. — Aprovado.

O SR. PRESIDENTE — (Tércio Albuquerque) Sobre a mesa, requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão encerrada, solicitando seja oficiado ao Sr. Secretário do Interior, consubstanciado em pedido de informações a respeito das atividades da SANEPAR. — Em votação.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — (Para encaminhar a votação) Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Lemos com muita atenção a entrevista concedida à imprensa da Capital no final desta semana, pelo nobre Deputado Waldyr Pugliesi, em que ele reiterava a necessidade que tinha o Governo, de responder a todos os Pedidos de Informações oriundos do Poder Legislativo.

Ainda tenho também guardada na memória, Sr. Presidente, aquela sessão em que fomos quase agredidos nesta Casa por determinados Srs. Deputados da Oposição, inconformados com a atitude da Bancada da ARENA que indagava informações a um Pedido de Informações de caráter eminentemente político, formulado pelo nobre Deputado Gernote Kirinus.

Naquela oportunidade, ouvimos a argumentação dos Srs. Deputados representantes do glorioso Partido da Oposição nesta Casa, e ouvimos até algumas distorções de entendimentos que tivemos extra-sessão, com um Sr. Deputado do MDB; precisamente o autor deste requerimento, o nobre Deputado Mário Celso, numa falta de ética talvez nunca observada nesta Casa, distorceu completamente o teor dos entendimentos que mantivemos com Sua Excelência, quando apelamos ao nobre Deputado Mário Celso que, a 3 ou 4 dias de instalado o Governo, não era possível o Sr. Governador do Estado responder a um Pedido de Informações que versava sobre a construção do Estádio do Pinheirão, porque o Governo do Estado nunca teve nenhuma participação na construção do Estádio Pinheirão, como bem deve saber o nobre Deputado Mário Celso que foi Vereador, portanto tem o dever e a obrigação de conhecer tudo a respeito do Estádio Pinheirão.

Apelamos a Sua Excelência, naquela oportunidade, que deixasse ser instalada a Secretaria de Cultura e Esportes, cujo titular, Deputado membro deste Poder, desta Casa de Leis, teria imenso prazer em prestar todas as informações que se fizessem necessárias com relação ao pensamento do Governo sobre a construção futura do Estádio Pinheirão. Jamais caberá ao Governo, responsabilidades passadas.

Ouvimos, naquela oportunidade, calados, Sr. Presidente, as agressões verbais que sofremos nesta Casa, porque saíamos de um episódio contristador e eu me penitencio nesta hora, ferimos os brios de um Deputado da Oposição e ouvi calado para que, através de um gesto de boa vontade pudéssemos pacificar a Casa, como realmente aconteceu.

Hoje, a Casa vai apreciar três Pedidos de Informações: um, que estamos encaminhando à votação. Embora redigido de uma forma que não obedece a técnica legislativa, vamos aprovar o requerimento, embora façamos restrições ao item 3º e ao item 5º, do requerimento que, efetivamente o Governo do Estado, não tem condições, absolutamente, de responder esses dois itens. E aí, se me afigura matéria eminentemente política, porque o Governo desconhece a estrutura administrativa de companhias que explorem serviços de água e esgoto, de âmbito municipal, porque todos sabem que os municípios gozam de autonomia, e que não há como o Governo intervir na economia interna de uma companhia mista de um município.

Todavia, o Governo do Estado vai responder ao pedido de informações do nobre Deputado Mário Celso, porque envolve

matéria administrativa. É um direito que têm os Srs. Deputados, como representantes de parcela do povo do Paraná, de conhecer o que se passa na SANEPAR, com relação a tarifas de água.

Outro pedido de informações de autoria do nobre Deputado Nilso Sguarezi, também será aprovado pela bancada majoritária na Casa, porque o Governo já disse e reitera - não tem nada a esconder. Administração de portas abertas é uma administração já feita no primeiro governo de Ney Braga, e que será repetida no seu segundo governo. Todavia, o que choca a bancada arenista nesta Casa, é que na justificativa dos pedidos de informações, os Srs. Deputados da Oposição já prejulgam o referido pedido.

Vejam o Líder do MDB, o que escreve aqui - agora, às vésperas da apresentação do cantor Roberto Carlos, a imprensa indaga: Que tipo de procedimento administrativo pode existir que impeça o acesso dos profissionais a contrato firmado entre empresários e a Fundação do Teatro Guaíra?

E lá, na frente, ele diz o seguinte: - também não se conseguiu explicações dos Diretores da entidade sobre os preços dos ingressos para o show de Roberto Carlos, que vão de 300 a 500 cruzeiros, ascendendo a 1/4 do salário mínimo. Os desmandos continuam. O povo está impedido de ver o que é seu. O elefante branco continua sendo privilégio das altas camadas e de uma burguesia aquinhoada com as benesses de administrações subservientes a um poder sem povo. Seus espetáculos têm seus custos divididos entre pagantes e convidados especiais escolhidos a critério e a bel prazer da administração.

Então, está prejulgando o seu pedido de informações. Ele pede aqui: Quantos ingressos foram reservados à Fundação Teatro Guaíra. Não recebeu a resposta não pode jamais julgar a atuação do Secretário Luiz Roberto Soares. Terá uma agradável surpresa, o nobre Deputado Nilso Sguarezi, porque a resposta será: não foi distribuído nenhum ingresso. A quem foram ou serão distribuídos? Prejudicado, evidentemente.

Qual o motivo de censura para menores de 14 anos?

E aqui, na justificativa, diz o autor do requerimento, que Roberto Carlos é o cantor das multidões, do povo brasileiro, principalmente da juventude; essa juventude está impedida por um ato absurdo da administração do Teatro Guaíra e do Secretário de Cultura e Esportes, de assistir ao show de Roberto Carlos.

Respeito a inteligência, respeito a cultura e os conhecimentos do nobre Deputado Nilso Sguarezi, tantas e tantas vezes demonstrado neste plenário, para duvidar que Sua Excelência não tenha conhecimento que é uma proibição do Ministério da Justiça, através da Polícia Federal. Espetáculos que vão além de 21 horas são proibidos, em todo Território Nacional, para menores de 14 anos.

Termina fazendo uma nova pergunta: Qual a taxa incidente sobre a cessão do auditório?

É evidente que é um espetáculo beneficente. Faz parte da promoção da GLOBO - Ano I da Criança Brasileira.

O SR. TRAJANO BASTOS - Vossa Excelência me concede um aparte?

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) A Mesa comunica ao Deputado Trajano Bastos que no encaminhamento de votação não é permitido aparte,

O SR. TRAJANO BASTOS - Vossa Excelência me permite a palavra, pela ordem?

Se pedi o aparte ao nobre Deputado que está na tribuna, é porque me pareceu que Vossa Excelência anunciou o requerimento para discussão e não encaminhamento de votação. O SR. PRESIDENTE - Encaminhamento de votação.

O SR. TRAJANO BASTOS - Mas, e o tempo, Sr. Presidente?

O SR. ERONDY SILVÉRIO - A resposta, Sr. Presidente, eu peço a Vossa Excelência que me assegure os quatro minutos que tenho restantes, descontados evidentemente essa

interrupção.

O SR. TRAJANO BASTOS - O Presidente anunciou dois.

O SR. ERONDY SILVÉRIO - Mas o meu relógio funciona tão bem quanto o do Presidente.

Com a taxa incidente sobre a cessão do auditório, virá a resposta, é a taxa cobrada em todo o mundo.

E o último pedido de informações do nobre Deputado Waldyr Pugliesi, ele faz uma pergunta: Foi pago pelo Governo do Estado o programa do Chefe do Executivo, quando respondeu perguntas formuladas pelo povo? É evidente que o Governador Ney Braga vai responder a esse pedido de informações, e é claro que foi pago, porque quem trabalha de graça é só relógio.

É a mesma coisa que o nobre Deputado Waldyr Pugliesi perguntar se o Governo do Estado não tem despesas com a impressão e edição do Diário Oficial. É a mesma coisa. Comunicação é importante.

Perguntas formuladas pelo povo, servirão de roteiro ao Governo que agora se inicia. E o Governo, é evidente que gastou e nada tem a esconder desta Casa.

Portanto, Sr. Presidente, quero comunicar à nobre Bancada da Oposição, que nós tanto respeitamos que a bancada da Arena aprovará, não só esses três pedidos de informações, mas todos aqueles que contenham matéria administrativa, reservando-se ao direito de examinar as que contenham matéria de cunho eminentemente político. Porque esta é uma Casa política, e a maioria tem o direito de rejeitar ou aprovar o que politicamente lhe convém.

— (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Em votação.

O SR. MÁRIO CELSO - Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Tércio Albuquerque) Para encaminhar, com a palavra o nobre Deputado.

O SR. MÁRIO CELSO - Peço permissão, Sr. Presidente, para falar aqui da minha bancada. Gostaria apenas me referindo ao pronunciamento do nobre Líder da Arena, pessoa a quem admiro e respeito, quando falou que cometi distorções em meu pronunciamento quando da discussão do pedido de informações, com respeito ao Pinheirão.

Absolutamente concordo. Porque Vossa Excelência acaba de reproduzir a nossa conversa, dizendo que o Governo recém instalado e que naturalmente não teria condições, então, de responder a um pedido de informações desse tipo.

Na verdade, Sr. Líder, entendo que o Governo quando se instala, ele se instala já preparado. Ele tem 30 ou talvez mais dias, para preparar sua equipe, contratando grandes técnicos, contratando planejadores, contratando, enfim, uma equipe de assessoramento que lhe dá condições para avaliar qualquer tipo de situação que venha a se apresentar.

Então, entendendo que esses técnicos altamente remunerados, teriam condições de responder a esse simples pedido de informações do Pinheirão, solicitei então o requerimento e lamentei a nossa conversa.

Na verdade, além do período que ele tem para elaborar a sua equipe de Governo e de escolher os seus homens de ligação, ele tem ainda 30 dias, segundo a Constituição, para responder ao pedido de informações. Então, esses 30 dias ainda se contam, começam a se contar a partir da data da expedição do ofício desta Casa. E o ofício, como todos sabem, ficou mais de duas semanas arquivado, entre aspas. Então, foi esse o meu lamento, sem distorções, e com todo o respeito.

Segundo Vossa Excelência perguntou da tribuna da minha, digamos assim, da minha posição quando Vereador na Câmara Municipal de Curitiba, com respeito às coisas do Pinheirão. E eu respondo, Sr. Líder, que o Governo sempre esteve ligado ao Pinheirão. De uma forma ou de outra esteve. Porque os empréstimos foram feitos através do Banco do Estado do Paraná, conseqüentemente o maior responsável, o maior credor



do fantasma Pinheirão chama-se Banestado, cujas ações maiores pertencem ao Governo do Estado do Paraná.

Conseqüentemente, sempre houve uma ligação. Mas eu não solicitei pedido de informação com efeito retroativo.

Solicitei pedido de informações pedindo a posição de após a instalação do novo governo para frente. E o fiz para que injustiças não fossem cometidas, nesta Casa, de críticas posteriores, sem conhecimento de causas.

Porque, quando falo — mais uma vez repito — falo com conhecimento de causa.

Quanto ao pedido de informações que faço à SANEPAR, nada mais faço do que cumprir o que me dita a consciência. Entendi por bem, vendo os reclamos dos munícipes de Curitiba, os reclamos do povo do Paraná, quanto à atuação da Sanepar, problema do custo elevado do metro cúbico de água. Fiz, então, o pedido de informações.

Aproveitando o momento, que é o momento político também, porque esta é uma Casa política, e se aqui não forem tratados problemas políticos, pergunto eu, onde vamos tratá-lo?

Então, entendo que, aqui também, sejam tratados problemas políticos. Porque não admito que um político — como queria o Vereador Presidente da UVB - União dos Vereadores do Brasil, numa reunião no congresso político realizado em Salvador, seja proibido de falar política!

Queria ele apenas tratar de assuntos turísticos. Eu absolutamente não concordei.

Entendo que, nesta Casa de Leis, política, devemos também enfocar o problema não só de ordem administrativa.

Mas, aqui, neste requerimento, o faço tão somente do lado administrativo. Inclusive, onde V. Ex.<sup>a</sup> cita que eu faço a comparação dizendo “por que a Sanepar é considerada empresa deficitária?”, “Por que firmas deficitárias que exploram o mesmo setor, vide Cagepar, de Paranaguá, são lucrativas, inclusive distribuindo dividendos a seus acionistas?” Não abordo simplesmente o aspecto político. Mas, sim o administrativo. É da administração da Sanepar que gera o deficit e o lucro.

Então, normalmente a Sanepar poderá me responder sem entrar no detalhe da Cagepar, a companhia municipalista. Ela simplesmente poderá responder dizendo que sua empresa não é deficitária por isto, ou por aquilo. Ou, se é considerada deficitária, porque é considerada. Administrando-a de “tal forma, temos Processamentos de Dados, temos maior número de funcionários, temos tais e tais gastos”.

É apenas uma informação.

Não estou denunciando nada.

Não estou contestando nada. É apenas um pedido de informações.

Era isso, muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.

— Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

A Mesa registra, com satisfação, a presença do jornalista Sefrin Filho, Diretor do jornal “Hoje”, de Cascavel, e “Hoje Rondon”.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado João Mansur, lido da tribuna, solicitando seja encaminhado expediente ao Sr. Governador do Estado, consubstanciado em manifestação de apreço pelo início da implantação do Parque Histórico do Mate. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Darcy Deitos, lido da tribuna, solicitando o envio de expediente ao Sr. Diretor do Departamento de Estradas de Rodagem, encarecendo sindicância no 13.º Distrito Rodoviário de Campo Mourão, dada a inúmeras irregularidades praticadas pelo chefe do mesmo. — Em discussão.

O SR. JOÃO ELÍSIO — Peço a palavra, para discutir.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Fica adiada a discussão para a próxima sessão, na forma do art. 150

do Regimento Interno.

Requerimento de autoria do Sr. Tadeu Lúcio Machado, constante do expediente, solicitando o envio de expediente à Direção do INAMPS no Paraná, encarecendo destinação de sala especial do edifício do órgão - Agência de Jacarezinho, para abrigar seus contribuintes. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Governador do Estado, em forma de pedido de informações, sobre entrevista feita pelo mesmo, por uma rede estadual de televisão. — Em votação.

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Para encaminhar a votação).

Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Fizemos uma série de indagações através desse requerimento de informações, e, começando, já vamos discordar do nobre Líder da ARENA, quando ele diz que ninguém trabalha de graça. Conheço muita gente País, que trabalha de graça, porque as chamadas horas-extras, em muitas firmas não são pagas e, sem entrar no mérito do programa que foi levado ao ar no último sábado, que no meu entendimento foi um programa de nível fraquíssimo, um programa pré-montado, subvertendo a relação entre entrevistador e aquele que responde, foi um programa simplesmente propagandístico, montado no interesse do Sr. Governador do Estado.

O nobre Líder da ARENA diz que: é lógico, o programa foi pago. Mas acredito que, neste momento, estou interpretando o pensamento de muitos paranaenses que querem saber não somente se o programa foi pago, mas, querem saber quanto foi pago por este programa.

Mais de 500 entrevistas adremente preparadas, pois, nota-se que se levou em contra o objetivo de se entrevistar determinadas pessoas de determinadas áreas geográficas. Assunto nenhum ficou sem ser ventilado e região nenhuma ficou sem perguntar, mas, todos querem saber quanto se pagou por esse programa. 128 municípios foram visitados, e naturalmente, uma equipe de entrevistadores percorreu todo o Estado do Paraná, e, isto não custa barato.

A nossa preocupação, Sr. Presidente, Srs. Deputados é maior ainda, porque aqui tenho em mão uma entrevista do Secretário do Planejamento, Sr. Véspero Mendes, dizendo que, a situação do Paraná não é boa. E, se a situação do Paraná não é boa, um comportamento só deveria ter o Governo — fazer com que o dinheiro público fosse gasto de maneira parcimoniosa. Daí é que vem a nossa indagação:

Quanto se pagou por esse programa que foi levado ao ar por uma cadeia de televisão?

O Sr. Governador, através de várias entrevistas, em várias oportunidades, tem dito que a situação do Paraná não é boa.

Mas, me afastando um minutinho deste assunto — tenho aqui em mãos, um projeto de lei em que ele pede uma abertura de crédito de nove milhões de cruzeiros, para dar a duas Companhias que receberam, há vinte anos atrás, terrenos do Estado e, por não cumprirem cláusulas contratuais, estes terrenos reverterem, agora, ao patrimônio do Estado. E o Estado no meu entendimento, não está fazendo nada mais do que pagar aqueles terrenos que ele próprio, Estado, doou, há vinte anos atrás.

E, se a situação não é boa, não se concebe que se gaste nove milhões de cruzeiros, para estabelecimentos de ensino que cobram e muito, dos alunos que os estão frequentando. E não se justifica também, Sr. Presidente, Srs. Deputados, que quantias sejam levadas a um gasto talvez inútil, para simplesmente se fazer propaganda de que está necessitando o Sr. Governador do Estado.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em

votação.

Para encaminhar, concedo a palavra ao nobre Líder da ARENA, Deputado Erondy Silvério.

O SR. ERONDY SILVÉRIO — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Cada cabeça, uma sentença. Mas, antes de mais nada, eu quero dizer, aqui, ao nobre Deputado Waldyr Pugliesi que se ele tiver conhecimento que alguma firma não paga hora extra, ele deve denunciar ao órgão competente; não, no Plenário da Assembléia Legislativa. Cada cabeça uma sentença, Sr. Presidente. O nobre Deputado Waldyr Pugliesi, bem como a nobre bancada da Oposição, poderia não ter gostado da entrevista, da apresentação do Sr. Governador na cadeia de televisão no sábado último.

Mas, eu, apenas, nesses quinze minutos que me são concedidos, eu quero ler o editorial do "CORREIO DE NOTÍCIAS", que é a resposta do povo paranaense à apresentação do Sr. Ney Braga naquela cadeia de televisão. (Lê):

"Não podia deixar de ser o sucesso, que realmente foi, o diálogo do governador Ney Braga com o homem do povo, através de uma cadeia de televisão, na noite de sábado último. Um sucesso sob todos os aspectos, a começar pela feliz idéia de utilizar o mais moderno veículo de comunicação de massas, como realmente deve ser utilizado, reabilitando-o do mau uso com que freqüentemente é feito, a ponto de levar os críticos mais severos a definir o aparelho de TV como "máquina de fazer doidos".

Graças ao trabalho de uma equipe de televisão, que percorreu 125 municípios do Estado do Paraná, colhendo as dúvidas do povo sobre o futuro governo, o governador Ney Braga teve oportunidade de ver e ouvir a imagem e a voz do povo, se dirigindo diretamente a ele para expor os seus problemas descontraidamente e sabendo, de imediato, o que ele pensa e pretende fazer para solucioná-los.

Um público atento, representando o Paraná inteiro, que não precisou sair de sua própria casa, participou dessa audiência, durante a qual gente dos mais diferentes e distantes recantos do Estado, mantiveram um diálogo franco com seu governador, conhecendo-lhe o pensamento e as medidas que deverão ser tomadas nestes quatro anos, a fim de corresponder às expectativas de cerca de dez milhões de paranaenses.

Foi o maior encontro já realizado no Paraná para o debate de assuntos de amplo interesse popular, um processo altamente educativo de politização, para dar ao governo aquela dimensão participativa que Ney Braga deseja emprestar à sua administração, a fim de que ela possa desenvolver-se com o necessário e indispensável calor humano, sem o qual os governantes flutuam nas estratosferas o poder, sem amarras e alicerces, para neles enraizar sua ação construtiva.

Questões cruciais, que estão na ordem do dia, foram colocadas, a exemplo de custo de vida e salário, mercado de trabalho e educação, como as mais prementes, dentro de uma ampla escala de prioridades, a demonstrar que a ação do governo deverá se concentrar, e não dispersar-se, num elenco pouco diversificado, não obstante a crescente tendência do poder público de intervir em quase todos os setores da atividade econômica e social. O povo não pede muito, mas pede o mínimo necessário para que o essencial não falte. Nesse sentido, a sabatina a que o governador Ney Braga se submeteu, de muito bom grado, será de grande utilidade não só para ele, mas também para o presidente Figueiredo, pois refletem apreensões e inquietações que não são exclusivas do povo paranaense, mas generalizadas, como reclamamos básicos dos brasileiros em geral.

Por ora, desejamos apenas que entre as coisas que Ney Braga pretende fazer, para atender as indagações dos paranaenses de 125 municípios que com ele dialogaram, se cumpra aquela que ele próprio considera talvez a mais importante, isto é, que "daqui a quatro ou cinco anos, estas perguntas não precisem ser repetidas."

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação.

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Para encaminhar a votação). Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Vim recentemente a esta tribuna, um dia antes da data consagrada às comunicações, defender a extinção da "Lei Falcão". E por que fim fazê-lo, Sr. Presidente, Srs. Deputados?

Por entender que há uma necessidade urgente do povo deste Estado, do povo deste País, tomar conhecimento sobre aspectos da administração pública, sobre posições político-partidárias, sobre posições ideológicas, por que não? Sobre qualquer tipo de conduta de político que fazem o dia a dia da vida pública nacional. E até para ser coerente, eu que defendi a extinção da "Lei Falcão", tentando oferecer com a sua extinção as mesmas oportunidades de fácil comunicação, a todos os políticos deste País, venho aqui, agora, para ser coerente, Sr. Presidente, Srs. Deputados, defender a iniciativa do Governador do Estado, ao momento em que fez uma opção inteligente para se comunicar com o Paraná inteiro, instantaneamente.

Porque o que o Governador pretendeu fazer e alcançou os seus objetivos, foi levar ao Paraná o seu posicionamento, o seu pensamento sobre vários problemas que estão hoje a tocar, a afligir o povo paranaense.

Impossível seria ao Governador explicar individualmente a cada paranaense o que pensa, o que pretende fazer, o que está programando para satisfazer a esta expectativa. Então, de plano, Sr. Presidente, Srs. Deputados, devo dizer que entendo perfeitamente válida a iniciativa do Governador do Estado, ao momento em que foi a televisão para responder a perguntas formuladas por paranaenses que residem em 125 municípios deste Estado.

A amostragem válida, a amostragem legítima do que pensa o povo paranaense, quando na sua humildade o trabalhador rural lá do nosso interior pergunta ao Governador o que é ele pode fazer para melhorar o seu salário, aquele trabalhador está com essa sua pergunta participando do processo de decisão porque está também alertando, pessoalmente, ele de voz própria, alertando os homens que estão a comandar este Estado sobre as suas necessidades. No mínimo humano, muito mais compreensível este tipo de comportamento.

Mas, mencionou o Deputado Waldyr Pugliesi, a baixa qualidade — no entender de S. Ex.<sup>a</sup> — do programa levado ao ar, por uma rede de televisão do nosso Paraná.

Talvez esteja a duvidar o nobre Parlamentar da capacidade dos paranaenses de perguntar ao seu Governador.

Recuso-me a admitir isso!

Num Estado como o nosso, com um povo que já deu sobejas demonstrações de toda sua capacidade de trabalho, mesmo na sua simplicidade...

O SR. WALDYR PUGLIESI — (Pela ordem). — Sr. Presidente, as minhas palavras estão sendo distorcidas.

Não falei da qualidade técnica do programa. Disse que foi um programa fraquíssimo porque, adrede preparado, com conteúdo falaz, com perguntas que eles mandaram fazer: "Pergunte-me isto que eu vou me preparar para responder". Foi essa a colocação que fiz e quero a corrigenda destas colocações minhas.

Não falei nada a respeito de qualidade técnica.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua com a palavra o Sr. Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Obrigado, Sr. Presidente.

Talvez tenha ouvido mal. As notas taquigráficas poderão ser consultadas, Sr. Presidente.

Mas, escutei claramente, o Deputado Pugliesi colocar em dúvida a qualidade do programa.

O entrevistado, Governador, respondeu as perguntas formuladas pelo povo deste Estado.

E entendo chocante, falar sobre o nível de um programa

que contou com a participação do nosso povo. Povo que, certamente, amadureceu todas as perguntas que gostaria de fazer ao Governador.

Lamento também que o Deputado Waldyr Pugliesi esteja a duvidar do comportamento e da independência dos empresários de televisão do Paraná, quando afirma que as perguntas foram adremente preparadas para consultar aos interesses do Governador do Estado.

E as televisões, submissas à vontade do Governador?

E os Diretores das televisões curvando-se diante dos caprichos do Sr. Governador?

Não acredito.

E até para defender esta independência que tem custado muito aos empresários da comunicação social, quero refutar a dúvida levantada pelo Deputado Pugliesi.

Quanto ao preparo antecipado do programa, que me perdoe o nobre Deputado, dizer a S. Ex.<sup>a</sup> que pensar um pouco sobre o que seja a comunicação social, mesmo numa hora de tanto desenvolvimento tecnológico, não custa nada para se chegar à conclusão de que é impossível, ainda no Brasil e em muitas partes do mundo, mesmo nas sociedades mais desenvolvidas, nas economias mais prósperas, onde as comunicações também prosperaram igualmente. É impossível, com o caráter de instantaneidade, fazer, através de uma cadeia, a interligação de 125 municípios, pela televisão.

Por isso, a televisão oferece o recurso da gravação.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, levantou dúvidas o Deputado Waldyr Pugliesi quanto a importância do programa. E respondendo a S. Ex.<sup>a</sup>, com a maior tranquilidade, que, na relação custo-resultado, a grande consequência que tivemos deste programa foi a conclamação que Ney Braga fez ao Paraná inteiro, para ajudá-lo na obra de governar este Estado.

Foi conclamação que fez despertar em cada paranaense, Sr. Presidente, Srs. Deputados, da necessidade de embalsarmos este Estado, todos juntos, porque não é esta uma missão só do Governador, só dos seus Secretários, ou só dos Srs. Deputados.

E aqui reside a grande importância da comunicação social.

Não fora por outro motivo que este Parlamentar veio pedir a extinção da "Lei Falcão".

Porque esta comunicação em massa, é a que dá ao Paraná a grande dimensão que ele precisa ter, de todos os seus problemas evitando os pensamentos condicionados por opiniões isoladas, por informações distorcidas, por posições demagógicas, pela inautenticidade de algumas posições assumidas.

E esta conclamação, que só um meio de comunicação dinâmico como a televisão, como o rádio permite fazer, esta conclamação feita ao mesmo tempo para todos os paranaenses, é o grande resultado do programa feito pelo Sr. Governador. Tenho certeza que, se Ney Braga pudesse contar durante todas as semanas, com os mesmos minutos com que contou no programa levado ao ar no último sábado, estaria pronto, imediatamente pronto, a dar satisfações ao seu povo, porque nenhum homem público do Paraná governou este Estado voltando tanto o seu interesse para o que pensa o povo, como Ney Braga, que sempre marcou a sua atuação pelo contato pessoal.

E se hoje, não lhe é possível fazer isto, pela própria natureza desta dificuldade, deve fazê-lo através da televisão que é a forma mais rápida de se comunicar com o povo deste Paraná.

Muito obrigado. — (Com revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação.

O SR. FIORI LUIZ — Para encaminhar.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Fiori Luiz.

O SR. FIORI LUIZ — Sr. Presidente. Realmente o Governo, não só o do Estado mas também o Federal, utiliza muito

a televisão através da assessoria especial de imprensa na criação de filmes coloridos, como tentando dar uma visão colorida à situação nacional, mas na verdade ela é preta e branca, mais preta do que branca, então é cômodo para o Governo utilizar a televisão.

Agora, hoje o Governador, General Amintas, sabe o que representa a televisão e sabe a força que é a televisão, como veículo de massificação. Mas será que ele se esqueceu do massacre ao empresário Paulo Pimentel nas tevês Iguaçu e Tibagi? Criando naquela época, e eu falo porque trabalhei dez anos na TV Tibagi, vivi e senti o drama, criando naquela época, das perseguições e do cerceamento, um drama social, principalmente em Apucarana, onde mais de 120 funcionários foram despedidos em função do terror imposto pelo então Ministro de Educação ao empresário Paulo Pimentel. E as mulheres que serviam café, que varriam, que ganhavam o seu salário-mínimo, foram despedidas.

Este drama social Ney Braga nunca ficou sabendo. Hoje, estão de braços dados porque quem levanta bandeira é quem acaba entrando bem; mas hoje o Governador vê na televisão o grande veículo.

Lamente-se que o povo tem uma capacidade espantosa para entender as coisas mas uma capacidade incrível para esquecê-las. Primeiro, vamos ver o trabalho do General Amintas, depois ele poderá vir às televisões para a prestação de contas porque, para mim, ele sempre usou dois pesos e duas medidas. Ontem, cerceando, massacrando dois veículos de comunicação, criando o drama social. Hoje, achando que a televisão é o grande veículo para que ele possa manter o contato com o povo.

Mas Airton Cordeiro também foi de televisão e sabe que programas são montados, a televisão, o corpo redatorial, o corpo de cinegrafistas, de repórteres, não têm culpa porque se patrocina alguma coisa na televisão para que com o texto saia da maneira que eu quero, e foi da maneira que o Governador quis que saiu este programa gravado; apenas para levantar este pequeno detalhe para que, nós temos a memória muito curta, vamos voltar há dois anos atrás. No episódio, ex-Ministro de Educação, o empresário Paulo Pimentel; aquela época, a televisão não era o veículo de informação que atingira as massas para o General Amintas, mas hoje o é.

Obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO (Para encaminhar a votação). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Esta Casa tem sido palco de diferentes posições e de tomadas de posições e de decisões até incoerentes; mas vejo nos pedidos de informações encaminhados, que há uma ligeira disposição do Governo, de atendê-los politicamente. Porque, pelo menos, neste Governo, busca soluções políticas para os casos políticos; e o Governo anterior, temeroso, impotente, para suportar as indagações desse Parlamento, feitas pela Oposição, nem isso permitia.

Mas me assomo às indagações colocadas e o posicionamento deferido pelos parlamentares, no encaminhamento de votação, apenas alguns enunciados feitos tanto pelo nobre Líder, como pelo eminente vice-Líder do Governo.

Ora, se o Governo, fez pesquisa é porque ele desconhece a situação do Paraná; e realmente todos nós sabemos que há uma generalizada posição de desconhecimento da situação real do País, do Estado, dos Municípios, por quase todos os governantes.

E é incontestável esta posição, até pelo fato de o eminente Deputado Airton Cordeiro, ter perguntado ao nosso colega de bancada, que esteve na tribuna, qual era a solução que o MDB daria para os problemas nacionais. É prova evidente, de que todos desconhecem a situação do Brasil. E aqui no Paraná

foi preciso fazer uma pesquisa, dirigida, para se chegar à conclusão do óbvio. Mas, como eu disse de início, para dar soluções políticas, questões políticas...

O SR. AIRTON CORDEIRO — (Pela ordem). Sr. Presidente, menciona o Deputado Fidelcino Tolentino, um aparte que fizemos ao Deputado Fiori Luiz e eu quero esclarecer a S. Ex.<sup>a</sup> e à Casa, de que a observação feita naquele instante, não significa na parte deste Deputado, o desconhecimento de qual as soluções que vão nos conduzir para a estabilidade social que se procura no Brasil. Mas esperava eu, e esclareço agora, particularmente o Deputado Tolentino, nesta questão de ordem, esperava eu, que o Deputado Fiori Luiz que fez as críticas, apontasse as soluções; as suas soluções, Sr. Presidente, o que eu não ouvi, lamentavelmente.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, peço a V.

Ex.<sup>a</sup>, com a devida vênia que desconte o minuto que me foi tirado pelo eminente Deputado que, embora colocava judiciosamente a sua posição, não esclareceu o problema. Mas eu não sou forçado a interpretar o que paira no subjetivo das pessoas; o que me leva a fazer esta indagação, é a conclusão das suas próprias palavras. Não da parte dele, em si, porque o tenho como um dos mais lúcidos parlamentares deste Parlamento.

Mas o Governo, de um modo global, a pergunta é sobre a estrutura administrava do País e sobre aqueles que detêm esta estrutura. Mas quero prosseguir, Sr. Presidente. Porque, como se trata de um seguimento tanto do governo atual, implantado, como do anterior e do seu antecessor, como se trata de um seguimento imposto por ditadura, é de se perguntar realmente, porque esta pesquisa indagando, ela só tem um caráter, de colocar, politicamente, acessivelmente, a imagem do Governo, perante o povo do Paraná.

E cabe à Oposição por legítimo direito saber quanto foi gasto nisso. Até porque não é a bancada quem deseja saber, quem deseja saber é o povo representando por emedebistas e por arenistas nesta Casa. É o povo paranaense que paga seu tributo religiosamente, é que deseja saber da aplicabilidade e da boa aplicação das verbas e do dinheiro público.

Quando diz o Deputado Erondy Silvério, argumentando a posição do seu Partido: "O povo não pede muito, mas o mínimo necessário para sobreviver". Está aqui, Sr. Presidente, a declaração de reconhecimento público de que o povo do Paraná e do Brasil não vive porém, sobrevive mal, mal e injustamente. Disse o Deputado vice-Líder: "Uma opção inteligente de se comunicar num só instante com o Paraná inteiro. Mas é um privilégio daqueles que detêm o poder. E disse muito bem V. Ex.<sup>a</sup> em várias oportunidades, é preciso que esta famigerada "Lei Falcão", seja extirpada do arcabouço jurídico do País, porque ela atenta contra a dignidade da comunicação nacional, ela atenta contra a cultura nacional. E S. Ex.<sup>a</sup>, quando Ministro da Educação e Cultura do País, quer nos parecer, e quiçá eu esteja errado, e queira Deus o esteje, nada fez para que a "Lei Falcão" fosse revogada.

Porque é verdade, Sr. Presidente, o País inteiro cala para que esses meios de comunicações, os meios mais avançados do mundo que é a televisão, de comunicação instantânea com as grandes massas do País todo, se for o caso, seja ela usada também para a Oposição colocar as suas dúvidas, a fim de que o povo possa avaliar o comportamento de uma e de outra bancada. Não este monólogo inveterado que é o uso específico, inclusive mais, com verbas públicas pagas pelos emedebistas, pela Oposição, não vou dizer já emedebista, pela Oposição toda e pela ARENA toda, pelos eleitores e pelos analfabetos.

E a fonte do direito, Sr. Presidente, é o próprio povo. E este direito haveria de alcançar a todos indistintamente.

Não apenas os eleitos pelo interesse dos órgãos e dos homens que detêm o poder. Dos órgãos administrativos e pelos administradores. Na verdade, eu quero vir em socorro ao Deputado Waldyr Pugliesi, que me parece que inteligentemente, a for-

ma de interpretar que o eminente Vice-Líder colocou, foi mais uma maneira de indispor o Deputado, e me perdoe se esse é um erro de raciocínio, como pode V. Ex.<sup>a</sup> ter feito também a respeito do pronunciamento dele, colocar o Deputado em disposição com a imprensa. Muito ao contrário, a colocação do Deputado não foi esta, ele fez a crítica apenas, quanto ao programa em si, visando o objetivo destinado e previamente estipulado pelo Governo.

Seria difícil, diz o Deputado, fazer uma comunicação dessas, a todos se não fosse a televisão. E é realmente, Deputado Ailton Cordeiro e Srs. Deputados, que a Oposição está reclamando desde que essa "Lei Falcão" foi o fecho de entendimento para a oposição vir à Televisão esclarecer. O Governo não quer debate, o Governo não quer discutir publicamente os assuntos de interesse público, de interesse nacional, de interesse estadual, de interesse das comunidades, não quer e tem medo. Tem medo por quê? Incompetente como é em todos níveis, tem medo de perder a sua cadeira de poder. A verdade é essa, Senhor Presidente. E que nós temos gritado, andando nos lombos de burro, de animais, a dizer ao povo de todas as províncias, em todos os municípios, em todos os recantos do País; enquanto que o Governo, sentado belo e formoso, engravatado, quando não engravatado, de camisa esporte, mas fazendo festas no interior, dizendo num monólogo nos comícios que se está fazendo consultas, mas quem sofre as dores das reclamações são os Deputados, tanto da nossa bancada quanto a bancada de V.v. Ex.<sup>as</sup>.

A verdade é que falta no País, coragem de enfrentar os problemas frente a frente, no "tette-a-tette" como diriam os franceses, para que buscassem juntos, todos juntos, equações válidas, humanas, sérias, horosas e honestas, Senhor Presidente.

Ademais, disse o Deputado, que consultas como essa, servem para melhorar a posição de cada um às indagações dos trabalhadores: "Como V. Ex.<sup>a</sup>, Governador, vai melhorar o nosso salário?"

Veja a inocência da pergunta, a desinformação em que está mergulhado o povo brasileiro.

De que forma o Governo do Estado, nesse centralismo soberano, monárquico em que vive o País, como um Governo do Estado, que é um mero preposto do Governo Federal, do sistema implantado por esta Revolução que está criando fissuras em todos os cantos sociais.

De que forma o Governo do Estado pode resolver o problema do assalariado? Quase de nenhuma forma. O que precisa ser feito no País, Senhor Presidente, é uma reestruturação da legislação a partir da Constituição, a partir de todas as leis, seja ela do âmbito civil, do âmbito penal, do âmbito de educação, sobretudo de educação, para que a Nação volte-se a se enxergue, ela se reencontre com o Estado. O que está faltando, Senhor Presidente, para concluir?...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O nobre Deputado tem apenas um minuto, descontando o tempo que o companheiro Ailton Cordeiro usou.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Perfeitamente. V. Ex.<sup>a</sup> está fazendo justiça.

Senhor Presidente, não se tratam de posições demagógicas como disse o Deputado Ailton Cordeiro. O que o MDB deseja...

O SR. AIRTON CORDEIRO — Pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Pela ordem, o Deputado Ailton Cordeiro.

O SR. AIRTON CORDEIRO — Senhor Presidente, eu não falei em demagogia, e peço ao Deputado Tolentino que, ou repare a sua interpretação...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Se bem eu entendi.

O SR. AIRTON CORDEIRO — ... interpretação...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — Faz soar os tím-

panos).

O SR. AIRTON CORDEIRO — Se me permite, Senhor Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O Presidente não poderá recusar a palavra ao Deputado que solicita pela ordem, mas poderá cassá-la, desde que o orador, não indique desde logo o artigo regimental que está sendo desobedecido na marcha dos trabalhos. Não procede o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Quero fazer justiça. Se não interpretei corretamente, que se tenha o repartido aqui, pelo Deputado Airton Cordeiro, que tem sido tão cordial nas suas posições, e realmente não foi essa a minha intenção.

Mas prossigo, para terminar, Senhor Presidente, que um pedido de informações, e o salutar nessa discussão, é que parece que o Governo agora está inclinado a ouvir o outro lado desta moeda que tem sido forjada com os preparativos e com os mecanismos só do lado do Governo, e não do Governo do Estado, digo mais uma vez.

Este cunho de moeda, a moeda de uma só face...

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — (Faz soar os tímpanos).

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — ... de uma só face, tem sido feita, concluo, Senhor Presidente, tem sido feita pelo Governo Federal e é lá que está a trincheira que precisa ser desarmada de uma vez por todas para fazer um reparo, uma reestruturação, uma remodelação nacional, em todos os parâmetros nacionais.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em votação.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — (Para encaminhar a votação).  
Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Não pensei que um programa de televisão, coordenado pelo Executivo, tivesse tamanha profundidade.

Na realidade, sentia-se até mesmo uma certa singeleza!

Contudo, ele é comensurável, através da reação; dentro de um princípio da estabilidade, que, a toda ação, corresponde uma reação igual ou em sentido contrário, nós hoje podemos avaliar as dimensões da ação do Governo nesta programática de participação do povo. Contudo, jamais poderíamos esperar de ilustres Parlamentares, tentarem, num momento como este, dizer que o povo não devesse vir, através da imprensa, fazer as suas reivindicações junto a Sua Excelência o Sr. Governador do Estado.

É muito mais que isto o que mais surpreende neste Parlamento: é o que disse o Parlamentar representante de Cascavel: que o povo não soube o que disse — ou melhor ainda — que o povo demonstrou estar desinformado.

Foi este mesmo povo desinformado, Excelência nobre Deputado Fidelcino Tolentino, que o trouxe para este Parlamento. Este povo com seus métodos devido aos seus problemas, devido aos quais, nós estamos aqui, para participarmos da solução, e, não, para acusações como fez V. Ex.<sup>a</sup>. Foi com este objetivo, naturalmente, que Sua Excelência o Sr. Governador do Estado, quis que o seu representante, dos dois Partidos aqui nesta Casa de Leis, vissem a quantas andam as suas representações.

Este povo desinformado é que precisava falar também com Sua Excelência, jamais o Deputado, somente, como preconizou V. Ex.<sup>a</sup>, também, surpreendentemente para mim, nobre Deputado Fidelcino Tolentino, eis que sempre confiei na sua inteligência, e, pretender aqui, aqui e não na imprensa — mas é bom que este povo desinformado saiba que, o seu representante aqui, disse que preferia que fosse o Deputado a fazer perguntas, porque o povo não sabe perguntar.

Discordo de V. Ex.<sup>a</sup> e quero neste momento...

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, pela ordem.

Eu invoco o artigo 97, inciso 2.º do Regimento Interno,

para pedir a Sua Excelência que está fazendo o pronunciamento, que, pelo menos respeite a convivência parlamentar, porque eu não disse nada disso a que ele está se referindo, e as interpretações, ficam por conta de Sua Excelência. Não posso permitir que à forma democrática em que fiz o pronunciamento, possa ser colocada interpretação diversa daquela que eu pronunciei.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Não procede o pedido de V. Ex.<sup>a</sup>, nobre Deputado Fidelcino Tolentino.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — Sr. Presidente, eu estou levantando uma Questão de Ordem, porque não me é facultado a defesa, senão...

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Solicito que a palavra me seja assegurada, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — O Deputado Fidelcino Tolentino poderá usar da palavra em Explicações Pessoais.

Asseguro a palavra ao Sr. Deputado Quielse Crisóstomo.

O SR. QUIELSE CRISÓSTOMO — Muito obrigado.

Mas, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é necessário que as representações neste Parlamento saibam também, que as dificuldades são as mesmas, e, todos nós, curiosos e, até mesmo ambiciosos, para exercer as suas funções de representatividade, aqui, devêssemos acompanhar o Executivo, como estamos fazendo, vivendo neste momento histórico para o Paraná, onde um homem que é uma bandeira nacional, vem aqui ser motivo de chacota dizendo — Gal. Aminthas, por um outro Parlamentar. A dificuldade que eles encontram, para nós é um momento de felicidade. A dificuldade que encontram de fazer oposição, tentando achar num programa de abertura, que eu entendo, fosse esse do Governo do Paraná, na participação daqueles que devem participar, mais do que nós, que é o próprio povo, venham, aqui, é bem verdade, de portas fechadas, dizer que o povo é um povo desinformado. Talvez, desinformado por ter trazido determinados Parlamentares para cá, que vêm aqui acusar seu próprio eleitor; mas, neste momento, convidado a participar, com a sua humildade, da sua linguagem como nós vimos, na televisão; com a humildade de um povo que fala aquilo que sabe mas, fala com o mesmo canal de televisão que fala o Parlamentar e fala o Governador.

Quero cumprimentar S. Ex.<sup>a</sup>, o Gal. Ney Aminthas de Barros Braga, o homem que não vem como aventureiro; vem como uma garantia, a exemplo do Governo que já fez neste Estado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.

Para encaminhar, com a palavra o Deputado José Tavares.

O SR. JOSÉ TAVARES — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Ouvi, atentamente, as palavras de todos os Deputados no encaminhamento desta votação. Eu entendo que este Poder, principalmente, na condição de um poder fiscalizador; de um Poder Legislativo, ele tenha, realmente, o direito e o dever de fiscalizar e acompanhar todos os atos do Governo do Estado do Paraná. Realmente, o programa de televisão que levou a imagem, a mensagem do Sr. Governador do Paraná, a todos os recantos deste Estado, ele tem uma finalidade. Não vamos aqui dizer que não se deva preparar um programa como este. Acho que o nosso povo tem o direito de saber o que é que o Governador pensa, o que é que o Governador tensiona fazer em seu benefício. E, mais do que nunca, a própria televisão é o veículo, realmente, indicado para levar a esse povo, de uma forma rápida e precisa, o que ele pensa a respeito do Paraná, como governante maior.

Mas, o que se indaga aqui, Sr. Presidente, Srs. Deputados, é o custo possível dessa programação. Se seria prioritário neste momento difícil que atravessa o Paraná e o Brasil, em termos financeiros, preparar um programa que nós sabemos, nós não somos técnicos de comunicação, mas sabemos que é um programa, altamente, caro às finanças do Estado.



E, exatamente, é este o objetivo, se eu não estiver enganado, que o eminente Deputado Waldyr Pugliesi endereçou esse requerimento, esse pedido de informações a esta Casa. O que ele quer saber, é, exatamente, o custo desse programa, porque eu como Deputado, confesso que não sei. A gente tem noção de que o custo, é um custo elevado e nós temos, inclusive, responder a indagações que o próprio povo nos formula — do quanto, do valor de um programa como esse.

Portanto, eu vejo com bastante seriedade, vejo com bastante alegria um pedido de informação como este ser aprovado por esta Casa. Mas vejo, também, com bastante alegria, Sr. Presidente, Srs. Deputados, o início de uma nova era nesta Casa, porque me recordo muito bem, que acho que o primeiro requerimento que formulei nesta Casa, pedindo informações à EMOPAR através da Secretaria competente, a Secretaria do Interior, a respeito da construção de um prédio sede da ACAR-PA, cujo nome teria passado para a EMATER.

E este meu pedido de informações foi rejeitado porque ali nós formulávamos indagações de custo, de desvio de material e de prioridade da construção daquela obra. Uma obra faraônica, uma obra em total dessintonia com a política defendida e apregoada pelo Governo Federal, que é a política de se edificar obras prioritárias, e não obras faraônicas ou desnecessárias. E esse nosso pedido lamentavelmente foi rejeitado.

E o que nós queríamos, Sr. Presidente, Srs. Deputados, nós queríamos algumas informações que pudessem nos esclarecer para que nós pudéssemos também prestar esclarecimentos a pessoas que nos indagaram. Então eu vejo, realmente com muita alegria, que esta Casa, nesta tarde, através da pessoa do seu eminente Líder, Deputado Erondy Silvério, que os pedidos de informação formulados ao Governo do Estado serão de hoje em diante acatados e atendidos. Portanto, lamento que este meu pedido, pedido altamente esclarecedor tenha sido rejeitado. Não só o meu como outros pedidos de outros Deputados que também no exercício do seu mandato, cumprindo o seu dever formularam a esta Casa, e porque, talvez fosse de encontro aos interesses do Estado, esses pedidos foram rejeitados. Realmente para mim é um motivo de alegria ver hoje, através do seu Líder, que o Governo não mais rejeitará informação nenhuma solicitada por Deputados do Poder Legislativo do Paraná.

Muito obrigado. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Para encaminhar, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Para encaminhar, concedo a palavra ao Sr. Deputado Jurandir Messias.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

Quero inicialmente trazer aos componentes da Assembléia Legislativa do Estado do Paraná os meus cumprimentos. Desde a iniciativa do autor do requerimento, estendendo-se aos demais Srs. Deputados que encaminharam e discutiram a matéria, amplamente.

E da minha satisfação ainda, Sr. Presidente, pela preocupação do Partido da Oposição, para que através do requerimento formulado pelo Deputado Waldyr Pugliesi, tenha conhecimento do quanto custou aquela entrevista feita pelo nosso Governador Ney Aminthas de Barros Braga.

Também, Sr. Presidente, entendemos a preocupação do Partido da Oposição, porque com a abertura que aí está já caracterizada as eleições previstas para Governo do Estado, direta em 1982, e a oposição que vem com o dinamismo, a capacidade, a inteligência, o poder de raciocínio, principalmente político de S. Ex.<sup>a</sup> o Governador Ney Braga, tem desde já de se preocupar com o problema político porque, se deixar de fazê-lo às vésperas das eleições, em 1982, talvez cause maiores prejuízos eleitorais ao partido da Oposição.

E temos, em nossas fileiras, em nossa agremiação, um companheiro da estirpe de S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Governador do Estado, sentimos muito orgulho. E podemos assegurar à Oposição que, em 1982, será mais um ano de consagração política de S. Ex.<sup>a</sup> Governador Ney Braga. Ele que foi eleito — com exceção da última eleição — pelo voto direto, pelo voto do povo, jamais o Governador Ney Braga deixou de disputar uma eleição sem vencê-la.

Esse homem que, hoje, é a bandeira da Aliança Renovadora Nacional, quando comparece a um programa de televisão que é considerado pelo eminente Deputado Waldyr Pugliesi como discriminatório, porque foi montado, um programa para que se formulasse perguntas já determinadas, um programa montado por S. Ex.<sup>a</sup>, ou seus assessores.

Mas, esqueceu o Deputado Waldyr Pugliesi que esta Assembléia — quando V. Ex.<sup>a</sup> ainda não pertencia a esta Casa de Leis — votou, no Orçamento Geral do Estado, distribuição de verbas, através de sub-consignações. Essas consignações foram aprovadas também pelos eminentes Deputados do MDB.

Em cada uma dessas verbas, o Governo, por sua livre iniciativa, fará sua analítica. Em verbas de divulgação, o Executivo pode, de acordo com o seu entendimento, pode incluir rádio, jornal, televisão, ou outro órgão de divulgação.

Portanto, quando S. Ex.<sup>a</sup> o Governador Ney Braga apareceu em um programa de televisão, entendemos que sua intenção não era outra senão a de ouvir, procurar governar — como sempre o fez — junto com os paranaenses, com os brasileiros que vivem no Paraná.

Não foi outra a sua intenção.

E se esta Assembléia que lhe deu essas condições, através de verbas consignadas no Orçamento, entendemos, Sr. Presidente, que esta mesma Assembléia, que este mesmo Sr. Deputado Waldyr Pugliesi, terá oportunidade, quando aqui chegar, para apreciação desta Casa, a prestação de contas do ano de 1979, do Sr. Ney Braga, S. Ex.<sup>a</sup> o Sr. Deputado, terá, naquela ocasião, a oportunidade de verificar o quanto custou, para o Governo do Estado do Paraná, esse programa. Esse programa, essa reportagem que não teve outro objetivo, por parte do Sr. Governador do Paraná, se não a intenção de governar com o povo do Paraná, como sempre o fez quando governador já em 1961.

Portanto, me parece, Sr. Presidente, que a informação do requerimento que nós da ARENA já recebemos, do nosso vice-Líder, Deputado Airton Cordeiro, a incumbência de apoiá-lo, o vamos fazer, vamos apoiá-lo, porque entendemos que não foi outra a intenção de S. Ex.<sup>a</sup>, o Sr. Governador, a não ser de administrar, de sentir, de ouvir o problema do povo do Interior principalmente, do homem que vive no campo, do homem que labuta no dia a dia no campo.

E o Deputado Fiori Luiz, quando de seu pronunciamento, que eu não tive oportunidade de apartear-lo, eu que o conheço de tantos e tantos anos através do vídeo e mesmo pessoalmente, quando fazia seus programas no Canal 11 de Apucarana, e eu que resido na cidade de Pitanga, e que lá sintonizava perfeitamente a imagem do Canal 11, era e digo aqui publicamente, continuo sendo seu admirador e um de seus melhores e mais autênticos fãs; porque sempre os seus programas de televisão foram de mais alto nível e do mais alto gabarito. E hoje, vi no seu pronunciamento, aquele mesmo Fiori Luiz, aquele mesmo homem de televisão, de tantos anos atrás e que, para nossa sorte, para nossa felicidade, o povo do Paraná o mandou para esta Assembléia Legislativa.

Portanto, não quero entrar no mérito do pronunciamento do Deputado Fiori Luiz, é verdade que tem inúmeras críticas e até não construtivas mas tem também outras e até mais, muito mais construtivas do que não.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque) — (Faz soar os tím-



panos). — V. Ex.<sup>a</sup> tem um minuto para concluir.

O SR. JURANDIR MESSIAS — Concluirei, Sr. Presidente. Peço ao Deputado Fiori Luiz que, principalmente, quando ele se referiu aos pinheirais do Centro-Oeste do Paraná, ele que tão bem conhece e que passa quase todos os meses por aquela região, eu quero somar a V. Ex.<sup>a</sup>, Deputado Fiori Luiz, os meus modestos esforços para encontrarmos uma solução para que não sejam devassados, de uma vez por todas, aqueles pinheirais do Município de Pitanga e Guarapuava.

E V. Ex.<sup>a</sup> talvez não tenha conhecimento, Deputado Fiori Luiz, que só um daqueles pinheirais conta com exatamente cem mil pinheiros em pé. Isto deverá ter, desta Assembléia, o maior dos atendimentos, o maior dos debates e o melhor dos entendimentos para que saia daqui, e vá aos canais competentes em Brasília, uma solução para conservação daquelas árvores e pinheiros que estão centralizados no Oeste do Estado do Paraná. — (Sem revisão do orador).

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado David Cheriegate, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Superintendente do Banco do Brasil S/A, no sentido de agilizar a aprovação e criação de uma agência do referido estabelecimento bancário, na cidade de Corbélia. — Em discussão.

O SR. FIDELCINO TOLENTINO — (Para discutir). — Sr. Presidente, Srs. Deputados.

É louvável que o Deputado David Cheriegate se some aos apelos feitos reiteradas vezes, não só por este Deputado, mas principalmente pelo Deputado que representa especificamente lá na área, do Oeste do Paraná, Corbélia, o Deputado Lineu Turra, que tem assento o seu irmão na cadeira de Prefeito daquela Comunidade.

E é bom que o próprio Deputado representante da ARENA ali também, se assome a estes esforços; estaremos de acordo com seu pedido.

O SR. PRESIDENTE (Tércio Albuquerque). — Continua em discussão.

Encerrada a discussão. — Em votação. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Mário Celso, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando seja oficiado aos Srs. Secretário da Cultura e Esportes e Diretor do Patrimônio Histórico e Artístico do Estado, encarecendo uma intervenção no caso da Gruta que está sendo ameaçada de destruição no Município de Almirante Tamandaré. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Nilso Sguarezi, constante do expediente de sessão anterior, com sua discussão adiada, solicitando o envio de expediente ao Sr. Secretário da Cultura e Esportes, no sentido de que seja encaminhada cópia do contrato firmado entre o empresário Marcos Lázaro e a Fundação Teatro Guaíra. — Aprovado. — Ao Departamento Legislativo.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quarta-feira, dia 9, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 64, 153 e 168/78.

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO — dos Projetos de Lei n.ºs 111/78 e 04 e 08/78 e do Projeto de Resolução n.º 24/78.

Levanta-se a sessão.

Atas das Comissões:

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,  
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES

1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA — 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA

#### ATA DA 1.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril de um mil novecentos e setenta e nove, na sala de reuniões das Comissões, reuniu-se a Comissão de Obras Públicas, Transportes e Comunicações, sob a presidência do Senhor Deputado David Cheriegate, presentes os Senhores Deputados conforme lista de presença remetida ao Senhor Deputado Presidente da Casa, para os devidos fins, havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos. Não havendo expediente sobre a mesa, o Senhor Presidente passou de imediato à ORDEM DO DIA: PROJETO DE LEI N.º 67/78 - de autoria do Senhor Deputado Quielse Crisóstomo, que autoriza o Poder Executivo incluir no Plano Rodoviário Estadual, o asfaltamento da estrada que liga o Distrito de Pindorama ao de Casa Branca, no Município de Xambrê, relator o Deputado Nestor Baptista, parecer contrário, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 71/78 - de autoria do Sr. Deputado Quielse Crisóstomo, que transfere ao D.E.R., para fins de conservação e melhoria, a estrada que liga a sede do Município de Altônia ao Distrito de São Jorge, relator o Sr. Deputado Florisvaldo Palácios, parecer contrário, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 111/78 - de autoria do Senhor Deputado Lineu Turra, que denomina Deputado "João Chede", a rodovia BR-151, Trecho Palmeira-Ponta Grossa, relator o Sr. Deputado Deni Schwartz, parecer favorável, aprovado. PROJETO DE LEI N.º 191/78 - de autoria do Sr. Deputado Ivo Thomazoni, que autoriza o Poder Executivo construir um viaduto sobre a Rodovia PR-323 no trecho que especifica, relator o Senhor Deputado Florisvaldo Palácios, parecer contrário, aprovado. Nada mais havendo a tratar, lavrei a presente Ata, que depois de lida e aprovada, será pelo Senhor Presidente assinada, bem como por mim, Secretário.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1979.

(aa) DAVID CHERIEGATE — Presidente  
Roberto Diniz Satyro — Secretário

#### COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO 1.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA — 9.<sup>a</sup> LEGISLATURA ATA DA 1.<sup>a</sup> REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos três dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e setenta e nove, às quinze horas e quarenta e cinco minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Gernote Kirinus, os Senhores Deputados Fiori Luiz, Gabriel Manoel e Romero Filho, membros efetivos da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, solicitando ao Senhor Secretário que fizesse a leitura da Ata da reunião anterior, usando da palavra o Senhor Deputado Gabriel Manoel, propôs que fosse dispensada a leitura da Ata, proposição deferida. Na Hora do Expediente foi lido ofício de n.º 0093/79, da FATAEP — dirigido à Presidência desta Comissão, extensivo aos demais Deputados membros, convidando-os para a reunião que irão realizar no dia 07 de abril, às 9:00 horas, na cidade de Santa Helena, neste Estado. Foi lido também ofício de autoria da Comissão encaminhando ao Coordenador Geral do INCRA e ao Presidente da Fundação Instituto de Terras e Cartografia do Estado do Paraná, fotocópia de abaixo-assinado dos representantes dos posseiros do Município de Marechal Cândido Rondon, solicitando providências urgentes no sentido de legalizar as áreas de terras não atingidas pelo reservatório de Itaipu Binacional, de posse do citado Município. De acordo com o Art. 45, do Regimento Interno, o Senhor Deputado Fidelcino Tolentino, sugeriu que fosse convidado a realizar uma palestra aos membros desta Comissão e aos membros da Comissão Parlamentar de Inquérito, instalada para apurar a situação pertinente à erosão, poluição, florestas e vazão dos rios no Estado do Paraná, o Senhor José Lutzemberg, uma das maiores autoridades brasileiras sobre o assunto, residente em Porto Alegre - RS, sugestão deferida e aceita pelos demais depu-

tados e por unanimidade os membros da Comissão deliberaram trazer para as sessões da Comissão estudos e depoimentos sobre os seguintes problemas: Destino das áreas devolutas de terras; origens e causas dos inúmeros litígios de terras no Estado do Paraná; problemas referentes a lotes urbanos não regulamentados; problemas sobre as terras desapropriadas devido às construções de hidrelétricas; problemas referentes à conservação do solo; estudos sobre viabilidade da Reforma Agrária no Estado do Paraná. Deliberou-se ainda que o primeiro assunto acima mencionado e a ser considerado nas pautas das próximas reuniões seria o problema da conservação do solo. A seguir passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatado pelo Senhor Deputado Gabriel Manoel, o PROJETO DE LEI N.º 13/79, de autoria do Poder Executivo, encaminhando anteprojeto de lei que dispõe sobre a permuta do lote n.º 6, da quadra n.º 8, do perímetro urbano da cidade de Guaraniaçu, pelo lote n.º 5, da mesma quadra, sendo o primeiro de propriedade do Estado e o segundo de propriedade do Município de Guaraniaçu. Parecer favorável. APROVADO. Usando da palavra, o Senhor Presidente propôs que as reuniões da Comissão fossem realizadas às terças-feiras, de 14 em 14 dias, após as sessões plenárias ou de acordo com o Art. 43, letra "a" do Regimento Interno, proposição aprovada. Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, dos quais para constar, lavrou-se a presente Ata, que após lida e achada conforme, será assinada pelo Senhor Presidente e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 23 de abril de 1979.

(aa) GERNOTE KIRINUS — Presidente  
Agildes de Oliveira Martins — Secretário

COMISSÃO DE TERRAS, IMIGRAÇÃO E COLONIZAÇÃO  
1.ª SESSÃO LEGISLATIVA — 9.ª LEGISLATURA  
ATA DA 2.ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos vinte e quatro dias do mês de abril do ano de um mil novecentos e setenta e nove, às dezesseis horas e quinze minutos, reuniram-se na Sala das Comissões, sob a Presidência do Senhor Deputado Gernote Kirinus e contando com as presenças dos Senhores Deputados Luiz Alberto de Oliveira, Gabriel Manoel, João Elísio e Fiori Luiz, membros efetivos da Comissão de Terras, Imigração e Colonização. Havendo número legal, o Senhor Presidente declarou abertos os trabalhos, tendo sido lida e aprovada a Ata da reunião anterior e como nada constasse da Hora do Expediente, passou-se à Ordem do Dia, tendo sido relatados os seguintes processos: PROJETO DE LEI N.º 15/79, de autoria do Poder Executivo - Mensagem n.º 29/79, encaminhando anteprojeto de lei no qual solicita autorização para revogar doação de área de terras, situada no Município de Cambé, e que era destinada à construção de prédio para um Grupo Escolar. Parecer favorável do Senhor Relator, Deputado Fiori Luiz. APROVADO. PROJETO DE LEI N.º 36/79, de autoria do Senhor Deputado Tércio Albuquerque, que autoriza a doação de imóvel de propriedade do Estado ao Município de Matelândia. Relator Deputado Gernote Kirinus. Parecer favorável. APROVADO. Sendo o que constava da Ordem do Dia e nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente declarou encerrados os trabalhos, e para constar, lavrou-se a presente Ata, que vai assinada pelo Senhor Presidente, Deputado Gernote Kirinus e por mim, Agildes de Oliveira Martins, Secretário, para que produza os efeitos legais.

Sala das Comissões, em 24 de abril de 1979.

(aa) GERNOTE KIRINUS — Presidente  
Agildes de Oliveira Martins — Secretário